

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO

MARCO ANTONIO FIGUEIREDO BALLESTER JUNIOR

**FORMAÇÃO DE ACERVOS NEGROS EM MUSEUS DO LITORAL DE SANTA
CATARINA: DIÁLOGOS COM A POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS (1988-2016)**

PORTO ALEGRE

2023

MARCO ANTONIO FIGUEIREDO BALLESTER JUNIOR

**FORMAÇÃO DE ACERVOS NEGROS EM MUSEUS DO LITORAL DE SANTA
CATARINA: DIÁLOGOS COM A POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS (1988-2016)**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Regina Bertotto

PORTO ALEGRE

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor Carlos André Bulhões

Vice-Reitora Patrícia Pranke

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora Ana Maria Moura

Vice-Diretora Vera Regina Schmitz

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO

Coordenadora Fernanda Albuquerque

Coordenadora Substituta Ana Carolina Gelmini de Faria

MARCO ANTONIO FIGUEIREDO BALLESTER JUNIOR

FORMAÇÃO DE ACERVOS NEGROS EM MUSEUS DO LITORAL DE SANTA CATARINA: DIÁLOGOS COM A POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS (1988-2016)

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Regina Bertotto – UFRGS

Profa. Dra. Giane Vargas – UFRGS

Profa. Dra. Joseania Freitas – UFBA

Prof. Dr. Marcel Oliveira de Souza – UNIFACVEST

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação foi um compilado de processos e ensinamentos internos e externos, nessa trajetória de dois anos e três meses foram fundamentais minha família em especial a minha mãe Rovená que sempre acreditou no meu potencial e no meu irmão Gustavo que acreditou na minha entrada no mestrado.

Na minha namorada Nilva, companheira das jornadas, nas noites alongadas, nas leituras e nos quilômetros rodados, agradeço pela sua compreensão nessa fase de retorno a minha vida acadêmica.

Aos meus colegas Eráclito Pereira e Caroline Martello que sempre estiveram no meu lado, incentivaram a minha entrada no Programa de Pós-Graduação e muitas vezes trocamos informações e sugestões, todas foram muito válidas, amizades são as melhores fontes e principalmente aprendizados.

A grande profissional que me acompanha antes desse sonho que foi o mestrado a psicóloga Rosimar Hoffmann, que sempre limpou a minha mente e foi fundamental para ultrapassar barreiras dentre elas a confiança em fazer essa caminhada acadêmica.

A minha orientadora Márcia Bertotto, farol que mostrava os caminhos de forma extremamente elegante e de precisão ímpar na escrita dessa dissertação, uma grande profissional que muito tenho de agradecer por ter me escolhido como seu orientando, só tenho uma palavra para exprimir essa nossa trajetória, gratidão!

A Fundação Genésio Miranda Lins, na figura dos gestores Eliane Cristino, Fabrício Marinho, Samara Rocha e Dayse Freitas só tenho de agradecer por terem autorizado efetivar essa pesquisa. Nos colegas de trabalho Darlan Pereira Cordeiro, Daniele Rauber e Marlise Bernardi que de alguma maneira foram pacientes, incentivaram e não se opuseram para realização dessa pesquisa, o meu também muito obrigado.

As instituições museológicas das cidades de São Francisco do Sul, Itajaí, São José e Laguna, o meu agradecimento por terem aberto as portas e mostrarem a diversidade que são esses locais de memória.

Aos professores e colegas nessa trajetória desse meu retorno a academia obrigado por compartilharem seu conhecimento, estaremos juntos sempre.

Que Oxalá ilumine a todos! Axé!

RESUMO

A pesquisa apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGMusPa/UFRGS) visa compreender a influência da Política Nacional de Museus (PNM) e a inserção de novas memórias em museus de cidades do litoral catarinense, onde ocorreu a presença de escravizados. A pesquisa compreende analisar como a PNM foi utilizada para inclusão de acervos negros nos museus das cidades de Itajaí, Laguna, São Francisco do Sul e São José, entre 1988 e 2016. Dentro da perspectiva museológica, se utiliza dos conceitos de representação, negritude e decolonialidade. Foi realizado levantamento bibliográfico e de dados referentes às instituições por meio de fontes documentais e dos apontamentos dos acervos através de arrolamentos, registros, inventários e planejamentos dos Museus. Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas aos membros de coordenação e técnicos das instituições, bem como representantes da comunidade negra local. Buscou compreender a formação desses acervos e quais foram os diálogos existentes entre a comunidade negra e as instituições, destacando sua importância para a Museologia no Brasil.

Palavras-chave: Museus do Litoral Catarinense. Musealização. Museologia Decolonial. Política Nacional de Museus. Negritude.

ABSTRACT

The research presented to the Graduate Program in Museology and Heritage at the Federal University of Rio Grande do Sul (PPGMusPa/UFRGS) has the aim to understand the influence of the National Museum Policy (PNM) and the insertion of new memories in museums in coast cities catarinense, where the presence of enslaved people occurred. The research understands analyzing how the PNM was used to include black collections in the museums of the cities of Itajaí, Laguna, São Francisco do Sul and São José, between 1988 and 2016. Within the museological perspective, it uses the concepts of representation, blackness and decoloniality. A bibliographic and data survey was carried out regarding the institutions through documentary sources and notes on the collections through lists, records, inventories and plans of the Museums. Semi-structured interviews were applied to the institutions' coordination members and technicians, as well as representatives of the local black community. We sought to understand the formation of these collections and what were the existing dialogues among the black community and the institutions, highlighting their importance for Museology in Brazil.

Keywords: Museums On The Coast of Santa Catarina. Musealization. Decolonial Museology; National Museum Policy. Blackness.

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONEGI	Conselho Municipal da Comunidade Negra de Itajaí
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Comitê Internacional de Museus
IPHAN	Instituto do Patrimônio Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MHI	Museu Histórico de Itajaí
ONU	Organização das Nações Unidas
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNM	Política Nacional de Museus
PPG/PMUS	Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio
PPGM	Programa de Pós Graduação em Museologia
PPGMUS	Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia
PPGMUSPA	Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SPHAN	Serviço do Patrimônio Artístico Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNIRIO	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronograma de Visitas das Instituições Pesquisadas.....	48
Quadro 2 - Museu Histórico de Itajaí 1988-1999.....	53

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Museu Histórico de Itajaí.....	50
Figura 2 - Ficha Catalográfica	51
Figura 3 - Reprodução da obra Simeão (1988)	52
Figura 4 - Busto de Simeão.....	55
Figura 5 - Núcleo Expositivo Fé e Religiosidade (MHI)	57
Figura 6 - Museu Histórico Municipal Gilberto Gerlach	61
Figura 7 - Ficha Catalográfica – Museu Histórico Municipal Gilberto Gerlach	63
Figura 8 - Obelisco de inauguração do Jardim Carlos Napoleão Poeta	65
Figura 9 - Tela S/Título.....	66
Figura 10 - Cópia da Lei 628-67 que visa doar um Pelourinho a Prefeitura de Laguna.	67
Figura 11 - Ofício 066/2013 Prefeitura de São José	69
Figura 12 - Ofício /FMCT nº 108/2015 – Superintendência de Cultura e Turismo São José.....	70
Figura 13 - Museu Histórico Anita Garibaldi	73
Figura 14 - Crucifixo (Objeto M 251)	74
Figura 15 - Museu Histórico Municipal Prefeito José Schmidt	78
Figura 16 - Placa da Pedra Inaugural da Igreja de Nossa Senhora do Rosário	80

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MUSEUS – EFICÁCIA E INSERÇÃO DE NOVAS MEMÓRIAS	25
2.1 Políticas de Estado no Âmbito Internacional	26
2.2 Políticas Públicas de Cultura no Brasil	27
2.3 A Política de Cultura e sua Conformação para os Museus	32
2.4 A inserção da temática negra no patrimônio museológico	35
3. INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS NO LITORAL CATARINENSE E A FORMAÇÃO DE SEUS ACERVOS	40
3.1 Primórdios da escravidão e das instituições museais	40
3.2 O Museu como local de construção de muros: Preservação e inclusão/exclusão	42
3.3 Os Museus do Litoral Catarinense	48
3.3.1 <i>Museu Histórico de Itajaí</i>	49
3.3.2 <i>Museu Histórico Municipal Gilberto Gerlach de São José</i>	60
3.3.3 <i>Museu Histórico Municipal Anita Garibaldi - Laguna</i>	72
3.3.4 <i>Museu Histórico Municipal Prefeito José Schmidt – São Francisco do Sul</i>	77
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERENCIAS	92
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MUSEUS E COMUNIDADE ...	95
APÊNDICE B – ATA DE ENTREVISTA COM TAYNÁ MARIANE MONTEIRO DE CASTRO	97
APÊNDICE C – ATA DE ENTREVISTA COM PROF. DR. JOSÉ BENTO ROSA DA SILVA	99
APÊNDICE D – ATA DE ENTREVISTA COM DARLAN PEREIRA CORDEIRO ...	100
APÊNDICE E – ATA DE ENTREVISTA COM LUCIANE DUTRA	101
APÊNDICE F – ATA DE ENTREVISTA COM JULIANA REGAZOLI	102
APÊNDICE G – ATA DE ENTREVISTA COM ANDRÉA DE OLIVEIRA	104

1 INTRODUÇÃO

O estado de Santa Catarina é visto pelo restante do Brasil como a *Europa brasileira*, justamente por conta de sua formação étnico-social, consequência das grandes imigrações europeias ocorridas a partir do século XIX. Diante de tanta diversidade, os museus catarinenses tentam refletir sobre esse processo migratório, principalmente por meio dos seus acervos, pontuando, em seus discursos, as dificuldades encontradas na ocupação do território (incluindo a posse das propriedades).

Um dos motivos que me levaram a buscar compreender a formação de acervos neste estado, especialmente os de origem negra, se deveu à minha própria trajetória no Museu Histórico de Itajaí (MHI), localizado no município catarinense de mesmo nome. Servidor público desde 2003, por questões políticas, assumi a direção da instituição no ano de 2005 e iniciei uma discussão sobre os acervos institucionais, entre eles, os acervos que abordam a negritude, conceito que abordaremos adiante.

A partir de discussões no período em que estive na direção do Museu Histórico de Itajaí, museu municipal mantido pela Fundação Genésio Miranda Lins, havia necessidade de iniciar um processo de construir uma história a contrapelo, vista de baixo para cima, demonstrando outros atores que participaram na formatação da história oficial da cidade de Itajaí. Esse intuito era revisto pela gestão desse órgão que é responsável pelo patrimônio histórico da municipalidade e, em razão da requalificação das exposições do Museu, a temática relativa aos escravizados representava algo pejorativo e construía uma imagem reduzida da colaboração da comunidade negra na cidade. Desta forma, optou-se pela retirada dos objetos que remetiam à temática da escravidão da exposição de longa duração do Museu.

Essa demanda, ocorrida naquele período, me fez questionar sobre como seria o fluxo de formação de acervos dessa temática não só no Museu de Itajaí, bem como nos museus catarinenses, sabendo-se da existência de população negra no Estado de Santa Catarina e de como eles são representados nessas instituições.

Torna-se importante, a partir destas observações, repensar a conformação dos acervos em museus localizados em território catarinense. Por certo, a maneira como essas coleções foram pensadas e expostas ajudou a construir discursos sobre esse transcurso civilizatório no estado. Entretanto, tais discursos, amplamente divulgados pelos museus e por seus visitantes, baseados na historiografia local, muitas vezes

posicionam, à margem, alguns agentes formadores do tecido social. Identificamos que uma das populações excluídas do discurso expográfico foram as populações negras, que persistem não sendo representadas ou, quando inseridas, sua representação não leva em consideração a perspectiva dessa parcela da sociedade como sujeitos participantes e ativos de sua história.

Esta pesquisa trata da temática do impacto da Política Nacional de Museus (BRASIL, 2007) na cadeia curatorial das instituições museológicas no que se refere à aquisição e pesquisa de acervos, com foco nos acervos de representatividade negra em museus da região litorânea catarinense. Com o título *Formação de Acervos Negros em Museus do Litoral de Santa Catarina – Diálogos com a Política Nacional de Museus*, tema comum à linha de pesquisa *Museus, Museologia e Coleções*, do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pretende-se compreender a formação desses acervos.

Nesse sentido, a proposta da pesquisa que é analisar, nos museus do litoral de Santa Catarina, como se deu a formação dos acervos com a temática da população negra em um recorte de tempo que vai de 1988 a 2016, se faz pertinente. O marco temporal inicial deve-se ao centenário da *Abolição da Escravatura*, período em que a historiografia tradicional comemora esse fato, ao contrário da comunidade negra que contesta esta data¹. Já o ano de 2016 marca o término de um quadriênio da gestão dos municípios e, também, o ciclo de 13 anos da criação da Política Nacional de Museus (PNM), que se deu em 2003. Como já mencionamos, nossa intenção é observar esse processo antes e depois da implantação dessa política pública e como ela pode ser compreendida segundo ações desenvolvidas no interior desses museus.

Seguindo o recorte temporal e espacial da nossa pesquisa, visamos, primeiramente, compreender e interpretar as escritas do universo acadêmico sobre a inserção da população negra em museus no Brasil, mais especificamente em Santa Catarina, com delimitação no litoral catarinense.

Dessa maneira, como expusemos, é necessária uma análise da iniciativa de criação e implantação da Política Nacional de Museus com relação à memória negra e se esta implementação alcançou seus objetivos nas instituições museológicas

¹ Um autor que sinaliza essa discussão é Abdias Nascimento (2019) que questiona essa pretensa liberdade, mas sem as devidas compensações históricas que o negro não obteve no processo de abolição de 1888.

municipais das cidades litorâneas de Santa Catarina, quais sejam: São Francisco do Sul (Museu Histórico Prefeito José Schmidt), Itajaí (Museu Histórico de Itajaí), São José (Museu Histórico Municipal Gilberto Gerlach) e Laguna (Museu Histórico Anita Garibaldi). Esses museus foram escolhidos pela existência de registro histórico de escravizados nas localidades em que estão inseridos e pela presença de gestão pública nos referidos Museus. Sendo assim, compreender a forma como essas memórias negras foram inseridas nas coleções permanentes desses museus e como se deu o processo de registro desses acervos será de extrema importância para acompanharmos, de forma direta, se a política pública para o setor de museus teve adesão (ou não) da sociedade e como foram representados dentro da história local.

A pesquisa em questão fez refletir a dinâmica dos museus municipais escolhidos e sua diversidade de como o tema é tratado, tanto internamente (nas instituições) como externamente (junto à comunidade negra).

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2007, o estado de Santa Catarina, situado na região Sul do país, possui o menor índice de pessoas autodeclaradas pretas, totalizando 2,6% do total brasileiro. Já os estados vizinhos, Paraná e Rio Grande do Sul, respectivamente, têm índice de 2,8% e 5,2%. Essa condição é fruto de uma política higienista e branqueadora, consequência da ocupação territorial pelas levas de colonização europeia durante a segunda metade do século XIX e que resulta na formação das elites regionais. O setor do Turismo, inclusive, reproduz essa realidade: desde a maneira como são construídos os roteiros turísticos até como eles são demonstrados. O que tem sido apresentado é um estado formado, na sua totalidade, por imigrantes europeus, o que persiste por invisibilizar o negro como grupo partícipe da formação do estado.

De fato, a escravidão no Sul do Brasil, em especial em Santa Catarina, ocorreu de maneira totalmente diferente das demais regiões brasileiras, nas quais o processo de exploração foi amplamente documentado. Conforme Antônio Cesar Sprícigo (2007), em algumas localidades, como por exemplo no Sul do estado, as informações sobre a existência de escravizados e o tratamento que os senhores tiveram com esse grupo não foram devidamente divulgados para a população. Isto se deu, segundo o autor, em razão da polêmica que poderia causar. Outra razão foi a construção, por parte dos pesquisadores locais da história deste território, assim como de tantos outros, não considerar esses atores sociais negros como representativos, promovendo o seu

apagamento na documentação oficial. Conforme Chartier (1991) essas comunidades negras possuem sua representação baseadas em processos econômicos sem o devido reconhecimento de sua colaboração cultural perante ao restante da sociedade que a negritude auxiliou direta ou indiretamente construir.

Assim considerado, a pesquisa apresenta como problema as seguintes questões: a Política Nacional de Museus conseguiu cumprir sua função social de influenciar a formação de acervos negros em museus municipais nas cidades de Itajaí, Laguna, São Francisco do Sul e São José, localizadas no litoral catarinense? A temporalidade (de 1988 a 2016) foi suficiente para essas instituições dialogarem com a sociedade local, visando preencher a lacuna temática nesses territórios nos quais se observa o histórico de pessoas escravizadas?

Para responder às questões propostas, temos como Objetivo Geral: analisar como se deu a formação das coleções de temática negra nos museus municipais das cidades de Itajaí, Laguna, São Francisco do Sul e São José, segundo pressupostos da Política Nacional de Museus.

Como Objetivos Específicos: investigar os documentos basilares pertencentes às políticas públicas para museus, especificamente a Política Nacional de Museus (2003), o Estatuto de Museus (Lei 11.904/09 e Decreto 8.124/13) e o Plano Nacional Setorial de Museus (2010); historiar, refletir e problematizar sobre a formação étnico-racial do estado de Santa Catarina, especialmente no litoral; pesquisar como se deu a formação dos acervos de temática negra nos museus municipais de São Francisco do Sul (Museu Histórico Prefeito José Schmidt), Itajaí (Museu Histórico de Itajaí), São José (Museu Histórico Municipal Gilberto Gerlach) e Laguna (Museu Histórico Anita Garibaldi), todas cidades do litoral catarinense; comparar as coleções e suas trajetórias com a história institucional dos Museus; analisar as justificativas de aquisição dos acervos no intuito de compreender a existência de diálogos entre os museus e as comunidades negras locais.

A pesquisa que propomos sobre a temática de acervos negros e sobre a inserção da comunidade negra visa abordar como a política pública para museus influenciou (ou não) as instituições museológicas do litoral catarinense e qual foi a sua colaboração para a qualificação das instituições museológicas brasileiras.

Para nos ajudar a compreender a proposta da pesquisa, nos apoiamos em autores e conceitos a seguir destacados. No que tange ao conceito de representação, nos pautamos no historiador francês Roger Chartier (1991), que o entende como uma via

que pensa a construção de identidades dentro de um processo de imposição em classificar, nomear, aceitar e resistir sobre as interpretações que uma comunidade possui a respeito dela mesma e, também, como forma de recorte social, em que cada grupo se observa e se reconhece dentro de uma determinada unidade. Nesse sentido, sabemos que em ambas as situações existem formas de hierarquização nos processos históricos e sociais que, de alguma maneira, constroem relações nas quais cada classe, grupo ou meio busca uma forma de ser percebido e reconhecido dentro de uma determinada identidade.

Também não pode ser esquecida a questão do conceito de negritude onde o negro se posiciona dentro da sociedade na forma de indutor de possibilidades e não, apenas, como um coadjuvante no processo de sua formação tanto histórica como social. Segundo Munanga (2019) seria a concepção de um movimento de aquisição de uma consciência racial e também de uma manifestação cultural de matriz africana.

Portanto, a formação de acervos em instituições museológicas tem uma trajetória histórica que perpassa várias épocas da humanidade. Assim, com as inúmeras especificações de museus pelo mundo e sua diversidade de temas, também trazem à tona frações do comportamento da sociedade que constrói esses locais de memória.

A pesquisa em questão tem a intenção de trazer essa diversidade humana que, por questões históricas ou políticas, não está sendo contemplada nos museus, ou seja, por mais que as instituições museológicas possuam uma gama de temáticas, nem sempre elas dão conta de contemplar em seus discursos a totalidade de populações e suas representações. Nesse sentido, entender a construção de determinadas parcelas da sociedade já deveria ter sido uma prática adotada como política pelos museus brasileiros e abordada como assunto primordial nesses espaços de memória.

Portanto, a divisão das ações de construção dos museus com os acervos negros e a comunidade que os cerca partirá do olhar pós-colonial. Sendo assim, utilizaremos o conceito *decolonial* como base para identificar como as diversas comunidades negras foram inseridas nas instituições escolhidas nas cidades de São Francisco do Sul, Itajaí, São José e Laguna como objeto desta pesquisa. Salientamos que decolonial é aqui entendido como as práticas museológicas que fogem da dita museologia tradicional no que concerne à ótica de mundo e sua estética de apresentação (BRULON, 2020).

Nesse sentido, poderemos compreender se houve discussão e, principalmente, o diálogo por parte do museu com a parcela negra da comunidade em algum momento da

história de formação de seus acervos institucionais. Assim, a proposta tem como fomentar onde estão as fronteiras entre o mundo *civilizado e organizado* de uma instituição museológica e a sociedade que ele deveria representar no seu discurso como instituição pública.

Também deve ser levado em conta que a criação de um grupo e sua formação identitária, onde uma pretensa identidade nacional a que os museus se propõem, também se refletem em nível regional e, porque não dizer, nesse caso, municipal. As identidades podem ser historicizadas, mas num caráter de homogeneização que o mundo globalizado permeia, pode vulnerabilizar a entrada de memórias da comunidade negra em museus (HALL, 2002).

Em concordância com Stuart Hall, não podemos nos esquecer do conceito de *necropolítica*, compreendido como uma forma de poder que leva à preponderância de determinados grupos da sociedade em detrimento a outros, ao mesmo tempo que dificulta, por meio de regras, a sobrevivência de determinados estratos sociais (MBEMBE, 2018). É o que acontece com a população negra que, por consequência, é silenciada nos espaços de memória, principalmente, nos temas relativos à escravidão, comum em museus de temática histórica.

Portanto, as esferas de observação desta pesquisa deverão, pelo menos, percorrer esse trajeto teórico para vislumbrar a população negra dentro de instituições museológicas no estado de Santa Catarina, especialmente no nosso recorte espacial, que é o litoral.

Mas, nem sempre, a depender de questões espaciais e temporais, isso acontece. Em muitas instituições museológicas catarinenses, por exemplo, os negros não são reconhecidos como agentes de construção da sociedade local, mesmo que saibamos de sua existência e importância nesta constituição.

Essa forma de apagamento também pode refletir um processo de branquitude, devido a diferença de tratamento entre brancos-brancos. Neste caso, do litoral catarinense como território ocupado por luso-brasileiros e açorianos, os negros são vistos como atrasados e, principalmente, em menor escala perante os fluxos migratórios de italianos e alemães oriundos da Europa em diferentes momentos do século XIX. Contudo, esse processo migratório invisibiliza o branco português, sendo o pioneiro no processo de ocupação do território; a vinda do branco italiano e alemão transforma o

luso em sinal de atraso e até mesmo o estereotipa como resquício de um passado colonial (CARDOSO, 2014).

Sendo assim, por meio de pesquisas já realizadas (SPRICIGO, 2007; SILVA 2021; PIAZZA; HUBERNER, 2001), é possível afirmar que Santa Catarina, com as devidas proporções, teve sua parcela de escravizados, parcela esta que teve participação direta na formação local e regional da sociedade catarinense.

No Brasil, com as diversas construções e reconstruções do campo da Museologia, da profissionalização dos trabalhadores de museus por meio da Lei 7.287/84 – que reconhece o profissional museólogo –, a construção e implantação da Política Nacional de Museus destaca-se herdeira das discussões de Santiago e Caracas. A PNM, como uma carta de intenções, trouxe à tona, por intermédio dos seus sete eixos, os caminhos que as instituições museológicas e congêneres (memoriais, centros culturais, entre outros) deveriam seguir como uma política de Estado, demonstrando para a sociedade qual o papel político e social dos museus no país.

Tal política pública na área de museus no Brasil, podemos dizer, tem sua formação remetida à Mesa-redonda de Santiago do Chile, evento ocorrido em 1972, na reunião do Conselho Internacional de Museus. Este foi o momento em que se iniciou a rediscussão do papel das instituições museológicas na América Latina, com a proposta de os profissionais de museus debaterem sobre questões relativas aos problemas sociais de seu entorno. Renovadas as discussões em 1992, desta vez na cidade de Caracas, no Encontro Latino-Americano de Museus, foram incluídas as questões da globalização e seus efeitos em países periféricos, à proposta econômica na cultura e à emancipação das comunidades latinas.

Os desdobramentos da PNM abrangem desde o estímulo para a criação de sistemas estaduais e municipais de museus; as linhas de fomento; a ampliação da rede de universidades para incremento na formação acadêmica de novos profissionais; a criação de instituições públicas diretamente concatenadas para a administração de museus e à própria condução dessa política pública.

Diante desse cenário, o governo federal lançou a Política Nacional de Museus (PNM) em 2003 e influenciou, a contrapelo, a inserção de novas memórias, a democratização desse acesso e, ainda, incentivou os gestores desses espaços museológicos a terem um olhar mais atento à temática da negritude. A PNM possui sete eixos programáticos que norteiam as ações a serem desenvolvidas. São eles:

1. **Gestão e configuração do campo museológico;**
2. **Democratização dos bens culturais;**
3. Formação e capacitação de recursos humanos;
4. Informatização de museus;
5. Modernização de infraestruturas museológicas;
6. Financiamento e fomento para museus;
7. Aquisição e gerenciamento de acervos culturais. (BRASIL, 2003, pp. 10-12, grifo nosso).

Conforme podemos observar, os eixos que estarão envolvidos nesta análise são o 1 e o 2, destacados em negrito na citação acima. O primeiro eixo, que tem como título *Gestão e configuração do campo museológico*, traz em seu item 1.7 a “promoção à participação de comunidades indígenas e afrodescendentes no gerenciamento e promoção de seus patrimônios culturais”. Por sua vez, o segundo, *Democratização e Acesso aos Bens Culturais*, destaca no seu item 2.7 o “apoio às ações que tenham como objetivo a democratização do acesso aos museus e o desenvolvimento de políticas de comunicação com o público”. Assim, observando essa política de Estado, identificamos que o primeiro eixo tem como finalidade a questão de gestão e referências sobre o campo museológico e o segundo, a democratização desses bens.

O ponto de partida desta pesquisa é a busca da existência dos preceitos da Política Nacional de Museus. A referida política cultural, como já comentamos anteriormente, em 2003, colocou em seus eixos programáticos a possibilidade de instituições museológicas inserirem novas memórias, atores anteriormente esquecidos e negligenciados dentro do processo de construção de uma nação. Nos preceitos democráticos, compreendemos que os museus deveriam ser esse fórum de discussões e buscar contemplar a sociedade que os constrói, dando vozes às minorias que deveriam estar inseridas e que, por algum motivo, foram negligenciadas nos processos históricos e, conseqüentemente, em suas narrativas.

A forma como seria materializada essa análise está presente no Estatuto de Museus, amparado pela Lei n.º 11.904/09 que, na sua Subseção IV, aponta questões sobre os acervos dos museus. Ressaltamos que esta subseção da lei contempla os acervos dos museus. Nesse sentido, tal legislação, trazendo a possibilidade de perceber os objetos e suas respectivas memórias, tem servido de parâmetro legal para a observância das ações de preservação com acervos referentes à população negra.

Por certo, o Estatuto dos Museus é o marco regulatório dos museus no Brasil e instrumento de gestão necessário para todas as ações das instituições museológicas no

território nacional. Devido à sua importância para esta pesquisa, servirá de norteador para a localização e a identificação dos acervos a serem pesquisados e de parâmetro, principalmente, para balizarmos sobre qual vem sendo o resultado da política pública, especificamente, nos museus públicos municipais, nas localidades onde houve a existência de escravizados na formação dessas comunidades.

É importante abordar, em relação ao estado da arte da temática escolhida, que iniciamos a pesquisa nas bibliotecas universitárias, nas revistas acadêmicas, nos repositórios de teses e dissertações dos programas de pós-graduação e no banco de teses e dissertações da CAPES. Em toda a busca, foram utilizadas as palavras-chave *negro*, *negritude*, *escravidão* e *acervo*, como forma de balizar os filtros de consulta. Todos os levantamentos foram realizados de modo *on-line*, exceto nos arquivos da Fundação Genésio Miranda Lins, localizada na cidade de Itajaí e mantida pela Prefeitura, por esta instituição não disponibilizar suas informações na *Internet*. O Centro de Documentação e Memória Histórica desta instituição foi visitado inicialmente no intuito de levantar bibliografias e fontes que trabalham com o tema da negritude e uma das publicações que nos interessaram, organizada por este centro de documentação, é o *Anuário de Itajaí*, que possui artigos de diversas temáticas, com foco na cidade de Itajaí. No referido periódico, encontra-se um artigo de minha autoria que pode ser considerado um dos primeiros a discutir a formação dos acervos negros do Museu Histórico de Itajaí. O levantamento de fontes foi iniciado pelas universidades catarinenses e após pesquisas em suas bibliotecas, nos deparamos com um conjunto considerável de publicações referentes à temática negra, no entanto, especificamente sobre o tema de nossa pesquisa, elas eram quase inexistentes. Pesquisamos em seis instituições: Universidade da Região de Joinville, Universidade do Vale do Itajaí, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade do Estado de Santa Catarina, Universidade do Extremo Sul Catarinense e Universidade do Sul Catarinense.

Das publicações encontradas, apenas duas aproximavam-se do foco desta pesquisa, qual seja, a formação de acervos sobre negros em museus do litoral catarinense: um dos estudos foi a dissertação de Mestrado intitulada *Arqueologia da Escravidão numa Vila Litorânea: vestígios negros em fazendas oitocentistas de São Francisco do Sul (Santa Catarina)*, de Fernanda Mara Borba, defendida na Universidade de Joinville e que se tornou uma publicação da própria universidade, no ano de 2014. Outro trabalho que foi importante consta no periódico *Anuário de Itajaí*, mais

especificamente o artigo *Do século XIX ao XXI, a formação dos Acervos Afrodescendentes no Museu Histórico de Itajaí*, publicado por mim, e que retrata a formação de acervos negros no Museu de Itajaí, no ano de 2016.

No intuito de aumentar o leque, devido à falta de publicações em Santa Catarina, foi ampliada a pesquisa, partindo para periódicos que são organizados por museus ou universidades. Assim, as publicações pesquisadas foram as seguintes: *Anais do Museu Paulista*, da Universidade de São Paulo; *Museologia e Interdisciplinaridade*, da Universidade de Brasília; *Museologia e Patrimônio*, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; *Ventilando Acervos*, do Museu Victor Meirelles – Instituto Brasileiro de Museus e *Revista Musas*, também do Instituto Brasileiro de Museus. Destas obras, a que se apresentou de maior interesse foi uma pesquisa arqueológica na cidade de São Francisco do Sul, concluída na Universidade da Região de Joinville. Os acervos resgatados foram para o Museu do Homem do Sambaqui, na cidade de Joinville, contudo, os objetos fazem parte da construção histórica de São Francisco do Sul. De todos os trabalhos e bibliografias das universidades que, direta ou indiretamente, fazem referência ao tema e a seus respectivos museus, somente um trabalho se aproxima do nosso objeto de estudo. Trata-se da dissertação de Fernanda Mara Borba, já citada anteriormente.

No que concerne às revistas, foi realizado levantamento que demonstra o silêncio diante do tema. Grande parte das revistas que abordam as manifestações religiosas afro e suas representações são muito bem trabalhadas e descritas. Entretanto, o foco não são as instituições ou coleções municipais.

Também efetivamos a pesquisa de dissertações e teses nos Programas de Mestrado e Doutorado em Museologia no Brasil, dentre os quais podemos citar os seguintes: Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (PPGM/UFBA), Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPG-PMUS/UNIRIO), Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo (PPGMUS/USP) e Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGMUSPA/UFRGS).

Vale ressaltar que, dos programas de pós-graduação citados, dois deles não possuem nenhum trabalho, até o momento, referente à temática negra: o da Universidade de São Paulo e o da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contudo,

vale citar o trabalho de Marisa Rodrigues Revert, cuja dissertação, intitulada *Museu Vivo do São Bento e a cultura negra e afrodescendente na Baixada Fluminense*, aproxima-se da nossa pesquisa, ainda que dentro de uma proposta de um museu comunitário. A publicação dialoga com a formação do negro dentro de museus brasileiros, o que auxilia na forma como os museus no Nordeste e Sudeste trabalham a temática naquele espaço geográfico. Nesse sentido, a autora tenta traçar um paralelo com o Museu Vivo do São Bento por meio de percursos de musealização, de relações étnico-raciais e da constituição do patrimônio e suas referidas identidades. O trabalho em si tem como objetivo identificar esses processos museológicos em instituições, tais como: Museu de Arte Negra, Museu do Negro do Rio de Janeiro, Museu da Abolição, Museu Afro-Brasileiro (UFBA), Museu Capixaba Negro, Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira e Museu Afro-Brasil. Os museus citados anteriormente são de especificidade negra, mas o trabalho da autora não tinha como objeto de estudo museus que fogem dessa temática e que, contudo, possuem acervos negros.

Por fim, no intuito de descobrir qualquer trabalho que envolva o referido tema deste projeto, foi feita consulta ao banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), buscando a mesma informação dos outros locais pesquisados (revistas, universidades e programas de pós-graduação).

Nesse sentido, observa-se, à primeira vista, a carência de pesquisas que tratem da formação de acervos negros tanto em museus públicos municipais brasileiros quanto em museus desta mesma categoria administrativa no estado. Assim, começa a configurar-se o pioneirismo com que se observa esta análise neste estado da Federação e, por que não dizer, nos demais estados brasileiros, dada a importância do assunto e a premência de pesquisas que o envolvam.

Portanto, observa-se *a priori* que existe um silenciamento sobre esse tema que deve ser elencado e trazido à tona, até mesmo porque os museus são espaços públicos e mantidos com recursos de mesma natureza. A própria pesquisa bibliográfica reflete a falta dessa discussão no meio acadêmico, passados 18 anos desde a criação da Política Nacional de Museus e, ainda assim, não temos instrumentos que nos deem parâmetros para medir as mudanças que foram proporcionadas por suas diretrizes. Pelo menos observamos que, nos textos acadêmicos, isso ainda não é demonstrado.

Destacamos que esta pesquisa se apresenta inédita devido à sua abordagem da temática negra em museus municipais no estado de Santa Catarina. As pesquisas

efetivadas até o momento, bem como as publicações, estão concentradas na temática religiosa dentro de museus de gestão tanto estadual federal.

Todavia, a grande maioria dos museus de gestão pública, no Brasil, são municipais. Quer dizer, mais de 80% das instituições museológicas possuem como mantenedoras as prefeituras, conforme a publicação *Museus em Números* (2011), do Instituto Brasileiro de Museus. Nesse sentido, a ampliação e a busca de espaços que possuem como premissa a preservação, pesquisa e comunicação e, ainda mais, em locais onde ocorreu a presença de escravizados, se faz necessária e, por que não dizer, urgente.

Portanto, a pesquisa se torna uma forma de observar se a sociedade se apropriou das instituições e se houve diálogos entre a comunidade negra e os museus. Essa análise necessária demonstra quais foram os critérios adotados para a preservação dessas memórias e, principalmente, o que foi realmente apropriado pela população negra nos museus públicos municipais de Santa Catarina.

Na configuração teórica da pesquisa, a metodologia foi desenvolvida dentro de uma lógica de coleta de dados, tanto interna como externamente, nas instituições, no intuito de alcançar o máximo de informações possíveis e necessárias para a construção da dissertação.

As estratégias para efetivação da pesquisa pontuaram: a) Revisão bibliográfica; b) Consulta e análise de fontes; c) Entrevistas; d) Levantamento e análise *in locu* dos acervos nos museus pesquisados; e e) Organização e análise de dados.

De acordo com esta proposta, podemos classificar a pesquisa quanto à sua natureza, objetivos, abordagem e procedimentos. Nesse sentido, ela se constitui como de natureza básica, ou seja, objetiva gerar conhecimentos para a aplicação imediata, dirigidos à solução de problemas específicos. Também se enquadra como histórica, porque se propõe a interpretar a formação desses acervos, bem como sua compreensão perante essa temática (MARCONI; LAKATOS, 2015). Quanto aos objetivos, classificamos como sendo de caráter descritivo, como afirmam Marconi e Lakatos (2015), porque irá proporcionar a descrição do objeto de estudo dentro do período estipulado (1988-2016). Em relação à sua abordagem, ela é qualitativa e quantitativa, pois, segundo Minayo e Minayo-Gómez (1993), pela subjetividade, frequentemente utilizada em estudos na formação dos acervos, na quantificação das coleções e, por meio de dados que irão surgir mediante ao conhecimento e a existência deles. No que diz respeito à

coleta de informações, ocorreram em dois momentos, sendo o primeiro de análise documental e o outro observando os acervos dentro das instituições. Em relação aos procedimentos, esta pesquisa envolveu o levantamento bibliográfico para compor a linha historiográfica dessas instituições e a análise deles para estimular a compreensão sobre como foram produzidos os conceitos norteadores da formação das coleções, diante dessas memórias. Também utilizamos a pesquisa de campo, com vistas a coletar dados com os grupos sociais e atores sociais (sujeitos) envolvidos nesta análise dos possíveis acervos existentes nas instituições e suas representações. Os dados foram obtidos por meio de técnicas específicas da pesquisa científica como a realização de entrevistas com a aplicação de questionários semiestruturados com indivíduos das instituições partícipes e com indivíduos da comunidade negra local.

Após o processo de organização das informações e a descrição detalhada das evidências feitas pela coleta, a análise dos dados, foi realizada com a observância ao atendimento do referencial teórico. Assim, com base nas referências dos autores escolhidos, serão identificadas as convergências e divergências da revisão de literatura realizada.

Os museus abordados na presente pesquisa são de tipologia histórica e de gestão municipal, mantidos com orçamentos públicos. Os quatro museus elencados possuem como proposta para suas comunidades a construção dos processos históricos de formação dos seus respectivos municípios, trazendo à tona o discurso histórico dentro de sua esfera social, política e econômica.

Contudo, esses museus encontram-se centralizados em uma história tradicional, preocupados em apresentar um cidadão local que formou aquele espaço como um benfeitor, herói e/ou expoente da comunidade. Nesse sentido, podemos considerá-los museus-memória de um passado glorioso em que os processos históricos apresentados em objetos são descontínuos. As formas como as peças se apresentam, ora por simbolismo, ora por carisma, constrói a realidade que se reduz a um fragmento (SANTOS, 2006).

São instituições que trazem como herança a formação dos Gabinetes de Curiosidades do Século XV, constituídos dentro do estatuto da materialidade. O posterior processo de musealização transformou os artefatos e instrumentos em semióforos²,

² Entende-se como semióforo o conjunto de objetos que possuem um caráter simbólico de outra

modificando o *status* dos objetos e construindo um outro conjunto de discursos. Cristina Bruno (1996) nos esclarece este contexto, afirmando que as coleções estão nas origens dos museus.

É importante que se apresentem interrogações sobre de que forma se deu a construção desses museus como instituição; quais foram as necessidades da sociedade para a constituição de espaços de memória que dialogassem com seu entorno; e em que política pública sustenta que as instituições são importantes e, principalmente, quais seus propósitos.

Os capítulos que compõem a dissertação estão assim organizados. O primeiro, esta *Introdução*, destaca a temática, o problema, a relevância, os objetivos e a metodologia. O segundo capítulo, intitulado *Políticas Públicas para Museus – eficácia e a inserção de novas memórias* traz uma contextualização das Políticas Públicas sobre o Patrimônio Museológico e as relações sociais que efetivaram essas comunidades. O terceiro capítulo, *Instituições museológicas no litoral catarinense e a formação de seus acervos*, aborda a criação das instituições museológicas e a formação de seus acervos negros, tendo como foco a pesquisa dos acervos existentes e sua forma de aquisição. Por fim, as *Considerações* apresentam os resultados e o fechamento da dissertação.

significação, outros valores culturais dentro de espaços organizados para esse fim, no caso, as instituições museológicas. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2014).

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MUSEUS – EFICÁCIA E INSERÇÃO DE NOVAS MEMÓRIAS

As Políticas Públicas para Museus no Brasil possuem uma trajetória que envolve contextos históricos e políticos distintos na formação do campo museológico nacional. Processos que envolvem diversas esferas da sociedade dentro e fora da Academia e que, de alguma maneira, auxiliaram no propósito de construção dos museus no Brasil.

Contudo, estes processos museológicos encontram-se envolvidos em discursos de poder e, principalmente, emoldurados no discurso científico europeu, de cunho moderno e universal. Este conjunto de informações e estudos constroem valores que se sobrepõem tanto daquilo que é ciência como da própria identidade nacional. O prisma construído do olhar sobre o outro e da análise dele como algo estranho ao padrão adotado, é o que gera o exotismo ao olhar do colonizador.

Hoje, essas instituições de memória devem ser repensadas e refletidas sobre o seu papel social, científico e detentor de uma pretensa verdade histórica. No processo de decapar ou esmiuçar esse espaço podemos iniciar um pensamento decolonial dos locais ditos de memória. E a quem pertence esta memória?

Observamos que a construção desse pensamento museológico decolonial perpassa quem está na margem da sociedade. Então, quais são os grupos não contemplados, onde estão os saberes ancestrais? Para tentar contemplar estas lacunas, foram criadas políticas que visam diminuir esse abismo e, principalmente, identificar quem são os colonizados, as falas excluídas e o *outro* (visto como exótico) no intuito de demonstrar uma sociedade democrática e, sobretudo, polifônica.

Conforme a Constituição Federal de 1988, o racismo é considerado crime inafiançável, bem como é de competência da União, Estados e Municípios a proteção do patrimônio cultural e a garantia do pleno exercício dos direitos e acesso às fontes da cultura nacional.

Para esta dissertação, o artigo 216 no seu § 1º da Constituição Federal (2015) resume o que deveria o Estado Brasileiro fazer: a proteção das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras. Será que hoje isso foi alcançado?

2.1 Políticas de Estado no Âmbito Internacional

A construção de Políticas Públicas no mundo se desenvolve dentro de organismos que congregam diversas instituições e pessoas para discutir e ampliar o leque de possibilidades sobre quais caminhos devem ser trilhados, sendo eles convergentes ou divergentes. Um desses espaços é a Organização das Nações Unidas (ONU), instituição paraestatal criada pós Segunda Guerra Mundial. Dentre suas atribuições está a definição de delimitar parâmetros entre as nações filiadas e a intermediação de discussões dentro do âmbito da Carta das Nações Unidas³.

A ONU serve de balizadora para as nações construírem legislações que demonstrem a sequência das ações acordadas, ora por resoluções ou em assembleias. Um dos documentos que serviram de parâmetro para legislações e compromissos foi a Declaração de Durban, de 2001.

Esse documento demarca a Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância Correlata, que ocorreu na cidade sul-africana de Durban entre os dias 31 de agosto e 8 de setembro de 2001. O documento foi consequência de outras reuniões organizadas pela ONU no que tange a Direitos Humanos.

A importância desse documento é que ele faz diversas sugestões sobre as temáticas relacionadas ao tema racismo, xenofobia e intolerância e, para esta pesquisa, é importante visitar o referido documento que logo será utilizado pelos governos para implementar suas políticas públicas.

A Declaração de Durban transita dentre os temas do reconhecimento da escravidão e seus processos de tráfico e subtração de pessoas do continente africano. E não somente a questão desse sequestro, mas dos impactos culturais que isso gerou naquele espaço e as consequências econômicas que foram ocasionadas.

Outra demonstração na forma como esse documento é construído no reconhecimento de uma pretensa reparação, é a sustentação da diversidade cultural africana, que é fundamental para o entendimento daquela região, suas práticas, saberes e fazeres.

³ A Carta das Nações Unidas é um conjunto de princípios básicos para manutenção da paz mundial pós Segunda Guerra Mundial e também estabelece qual organismo que coordenará esse processo de pacificação - que seria a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU). Sobre a ONU em <https://www.un.org/es/about-us>. Acesso em: 1 dez. 2022.

Portanto, o fato de a ONU trazer à tona esse reconhecimento da cultura, tradições e expressões religiosas de origem africana e que a escravização dessa população que, além de ferir sua dignidade, também impediu o exercício dessas práticas, será de alguma maneira reverberado nas nações. Tudo isso vai se refletir nas políticas públicas nacionais para com os direitos humanos, como também ao seu direito à memória e, ainda, ao pleno exercício da sua cultura, mesmo que miscigenada pelos processos de diáspora.

Além do caráter econômico que a Declaração de Durban constrói, reforça seu amplo aspecto nas relações culturais, sem dissociar um ou sobrepujar outro. Nesse sentido, a construção de informações e de indicadores será fundamental para a sustentabilidade dessa proposta vinda da ONU.

A demonstração da importância dessa cultura africana, que foi amplamente desconstruída pelo discurso ora racista, ora xenofóbico, faz com que a própria Declaração de Durban reconheça a criação de programas de pesquisa sobre a contribuição do continente africano para a história da humanidade.

A partir da Declaração de Durban, o conceito sobre diversidade e políticas de inclusão se ampliaram, sendo fundamental para comunidades originárias ou para as minorias conseguirem aparatos éticos e jurídicos para defesa de seus direitos dentre os quais o de preservar sua memória.

2.2 Políticas Públicas de Cultura no Brasil

É mister pensar, dentro dos conceitos de políticas públicas para a cultura no país e, relativamente, às diversas contribuições nessa área, os anos que se constituem como sazonais e sem uma continuidade efetiva de pesquisas. Mesmo que existam autores que destaquem os princípios de uma política pública na área cultural no período Colonial ou, logo em seguida, no Brasil Império, ambas perspectivas carecem de significado sobre qual conceito de cultura está sendo abordado e por quem está sendo exercido.

Dentro desse período histórico, a formação do Brasil demonstra um processo onde a primeira leva de colonizadores são oriundos de Portugal, mas na condição de degredados, a pior qualificação dentro do então Império Português. Vale ressaltar a conceituação de branquitude onde Cardoso indica:

Estou plenamente convicto que existe, digo mais, 'ele está entre nós'. Os 'brancos brasis' possuem uma branquitude "mais preta", porém não deixa de

existir. O branco brasileiro fruto do branco português, com indígena e o africano em sua matriz. Logo, é um branco não-branco piorado [...]. Resgatando que o branco português é também um branco não-branco, isso significa menos branco se comparado o branco inglês, isso diz a hierarquia entre os próprios brancos. O branco brasileiro, revigorou a não-branquitude do branco português, de origem judaica, moura, africana, simplesmente por descender do branco não-branco e outros não-brancos: indígenas e africanos. (CARDOSO, 2014, pp. 25-26).

Este sentido de afirmação e negação, descrito por Cardoso, será a tônica da formação do Estado Nacional durante os períodos históricos conhecidos como Brasil Colônia e Brasil Império. Nestes períodos o português, para se assegurar perante os seus pares europeus, construirá uma política de afirmação de uma pretensa civilidade nos trópicos demonstrando aqueles que merecem ser civilizados, nesse caso, o negro africano escravizado e os indígenas subalternos.

Portanto, o mais cordato seria pensar um marco ou proposta de uma política de Estado para a cultura e, assim, devemos nos remeter a figuras basilares desse processo. Lembremos Mario de Andrade, que em 1935 foi o primeiro diretor do então Departamento de Cultura do Município de São Paulo, e Gustavo Capanema que, de 1934 a 1945, foi titular do então Ministério da Educação e Saúde.

Um pouco antes, os ideários modernistas da Semana de 1922, de renovar os parâmetros sociais e culturais no país, trouxeram, a reboque, a desmitificação de um senso nacionalista e ufanista que começava a demonstrar a migração de um país agrário para a emergência de uma indústria nacional e da conseqüente organização de uma convivência de caráter urbano.

Entretanto, o contexto daquele período era do Estado ditando o caminho que a Cultura deveria tomar, ao passo que estava surgindo o discurso de que cultura era de extrema importância para o projeto político que estava sendo instaurado no Brasil. Assim, as culturas populares começavam a ser tomadas como referência, além daquilo que já existia no que era produzido como *Belas Artes*. Por certo, esse novo processo de analisar a cultura do país demonstra a tangibilidade das elites, mas também do intangível, por meio das expedições organizadas para caracterizar extratos da sociedade que se encontravam deslocados fora do eixo dinâmico-econômico do país.

Nesse sentido, mesmo que esse movimento não abarque situações ainda tangentes em nosso país, como o analfabetismo ou os abismos sociais existentes no Brasil, o que Mario de Andrade demonstrou foi o quão rico é o nosso país e a diversidade cultural existente no território nacional.

Mas o fato é que, mesmo com a dicotomia do Estado Novo, entre repressão e distensão, a criação de instituições nacionais de valorização da cultura ainda reverbera na atualidade, com permanência de instituições como o Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN), herdeiro direto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado no ano de 1937.

Contudo, essa política de estado na área de patrimônio, coordenada pelo então dirigente Rodrigo Melo Franco, estava mais voltada para o patrimônio tangível conhecido como *pedra e cal*. Vinha com a alcinha de privilegiar a parcela da sociedade branca e católica, que literalmente abarca o barroco colonial e os palácios coloniais. Esta visão, apesar de tudo, fez com que o então SPHAN se especializasse e se tornasse uma referência para outras instituições de patrimônio no mundo.

Tal atitude do SPHAN de se limitar à valorização de determinado *modus operandi* cultural em detrimento de um país diverso e polifônico, até hoje é alvo de críticas, refletindo no desconhecimento dessa preservação de nosso patrimônio que esse órgão executa pela sociedade.

Saindo do período conhecido como *Era Vargas* e entrando no primeiro momento democrático de nosso país, o desenvolvimento cultural foi algo que até hoje não teve precedentes. Contudo, o Estado apenas privilegiou a área de patrimônio cultural, esquecendo-se das outras manifestações. Nesse decurso também demonstrou a modernização do país através da construção de Brasília, como um ícone arquitetônico, e a valorização da nossa natureza como inspiração para manifestações das artes plásticas nacionais.

Com a entrada dos militares no poder por meio do *Golpe de 1964*, as políticas culturais tomam outro caminho, principalmente com a criação de sistemas de telecomunicações e o início da lógica de uma indústria cultural. Entretanto, a censura e o controle do processo criativo por meio do Conselho Federal de Cultura, em 1966⁴, demonstram um pretense *baronato* desse setor no país.

Isso se reflete nas comissões e nos desdobramentos que levaram às empresas estatais que definem o padrão da produção cultural do país. Apesar disso, houve

⁴ A função do Conselho Federal de Cultura seria de coordenação do então Ministério de Educação e Cultura (MEC) no que concerne as atividades culturais definindo um rumo para cultura nacional do regime militar. (MAIA, 2012).

momentos pontuais de retorno aos ideais de Mario de Andrade, principalmente com vistas à reestruturação de discussões sobre a cultura, desprezadas pelo regime militar.

Mesmo com a decadência dos militares à frente do poder político, criou-se um fosso entre as políticas culturais do regime então vigente e o circuito cultural predominante no país. Com todos esses processos ambíguos de gestão e mercado, desenvolveu-se o berço do que viria a ser o Ministério da Cultura, a partir da criação de uma Secretaria da Cultura, em 1981, gerida primeiramente por Aloísio Magalhães, que teve importante atuação no âmbito cultural.

Dentro da instabilidade do período democrático, tal Ministério, criado em 1985, passou por diversas mudanças, influenciadas pelo *Neoliberalismo*⁵, momento no qual o Brasil foi governado por Fernando Collor de Mello (1990-1992), presidente cuja gestão foi caracterizada pelo desmonte de muitas instituições, incluindo o próprio Ministério da Cultura.

As ambiguidades do neoliberalismo e da criação de um Ministério específico para o setor cultural demonstram as fragilidades nos instrumentos de fomento. Uma delas acontece com a *Lei de Incentivo à Cultura*, mecanismo legal criado para determinar as regras para destinação de recursos públicos a atividades artístico-culturais. No entanto, com sua forma de renúncia fiscal, coloca sob a responsabilidade do mercado, e não do Estado, o direcionamento das verbas federais para projetos culturais. Somado a isso, o referido modelo acentuou-se nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), e fez com que o incentivo ficasse centralizado no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, por conta da alocação de recursos oriundos dessa modalidade de financiamento cultural.

Antônio Rubim e Alexandre Barbalho, autores que discutem esse transcurso, contextualizam este período. De acordo com eles,

[...] com exceção de algumas políticas setoriais, como a de bibliotecas e de patrimônio (Projeto Monumenta) e a legislação acerca do patrimônio imaterial, o longo período de oito anos de estabilidade no Ministério da Cultura, contraposto ao período anterior de instabilidade, pouco colaborou para consolidação institucional do Ministério. Não aconteceram concursos para expansão ou substituição do quadro funcional, nem programas significativos para qualificação do quadro funcional. Dos 2640 funcionários do Ministério em 2001, literalmente 49% estavam no IPHAN. (RUBIM; BARBALHO, 2007, p. 28).

⁵ Entende-se aqui neoliberalismo como um modelo de política econômica iniciada pela Escola de Chicago a partir da década de 1970, por meio do qual se apregoa a diminuição do Estado e que determinadas atividades sejam geridas e regulamentadas pelo mercado. (HOBBSAWM, 1995).

Nesse contexto, com todas as situações de desmonte da estrutura de estado, o IPHAN continuava sendo um dos órgãos que conseguia, de alguma forma, manter o seu corpo de servidores, mas sustentando a linha de preservação do patrimônio de *pedra e cal*, católico, branco, de estética barroca e pela sua monumentalidade.

Podemos perceber, a partir da citação de Rubim, que demonstra a concentração de profissionais dentro do IPHAN (no qual os museus nacionais estavam alocados), o tamanho da responsabilidade na criação da Política Nacional de Museus, no ano de 2003.

Desdobramentos, mesmo que de forma paralela à Política Nacional de Museus, seriam também os movimentos para a concepção do Sistema Nacional de Cultura (SNC), criado em 2005, que congrega todas as atividades do campo cultural, respeitando suas especificidades, mas se mantendo como uma Política de Estado. A proposta do SNC é aproximar-se (apesar de outro âmbito de atuação) daquilo que é o Sistema Único de Saúde (SUS), dividindo responsabilidades e capilarizando as instâncias de uma governança para a cultura no país.

Em sequência à Política Nacional de Museus, o Sistema Brasileiro de Museus (SBM), criado em 2009, representa a construção de uma rede de adesão voluntária que tem como objetivo principal promover a articulação, a mediação, qualificação e cooperação entre os museus brasileiros, operada a partir do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Antes disso, o entendimento e a articulação de uma política cultural ocorreram, por ironia, em períodos ditatoriais no país. Isso aconteceu devido ao elitismo e à exclusão que determinados setores da sociedade brasileira se utilizavam dos produtos culturais da época. É o que denota Rubim, quando afirma que

[...] esse elitismo se expressa, em um plano macro-social, no desconhecimento, perseguição e aniquilamento de culturas e na exclusão cultural a que é submetida parte significativa da população. Ele está entranhado em quase todos os poros da sociedade brasileira. Por exemplo, nas concepções do que pode ser definido como cultura, subjacentes às políticas culturais empreendidas. (RUBIM, 2008, p. 189).

Salienta-se que, nos momentos em que se verifica a existência de políticas públicas voltadas para a cultura, porções da população, tais como negros, indígenas, gêneros, entre outras, não só não foram contempladas, como também foram perseguidas pelos regimes implantados.

Contudo, tal realidade demonstra uma mudança na sua retórica com a entrada de Gilberto Gil como Ministro da Cultura, em 2003⁶. A partir de sua gestão, a lógica mercantil da cultura como uma política de Estado começa a ser mudada. Para ele e sua equipe, fomentar políticas culturais é promover cultura por meio do diálogo. A esse respeito, Rubim afirma que

[...] o diálogo com a sociedade deu substância ao caráter ativo, abrindo veredas para enfrentar outro desafio: o autoritarismo. Ou seja, o essencial desafio de formular e implementar políticas culturais em circunstâncias democráticas foi nitidamente colocada na agenda da pasta. (RUBIM, 2008, p. 195).

Esta nova forma de atuar na cultura levou a um alargamento na inserção de grupos da sociedade nacional, anteriormente excluídas do processo de políticas culturais, que a partir daquele momento são guindadas, dentre elas as populações negras, que sempre foram colocadas à margem das discussões. Neste contexto é que uma das políticas implantadas e de suma importância foi a Política Nacional de Museus em um momento de transição de um modelo de gestão de cultura neoliberal para outro, de formato progressista.

2.3 A Política de Cultura e sua Conformação para os Museus

Sabemos que a organização de uma política pública de cultura brasileira não se deu por acaso. Mas sim, diversas demandas sociais que existiam, e ainda persistem em nosso país, demonstraram a urgência em contemplar setores da sociedade que não foram abrangidos por essas políticas de Estado. Uma dessas parcelas é a negra, que, conforme a Política Nacional de Museus, deveria ser contemplada em programas de inclusão ou ações que preguem a inserção de representatividade dessa camada social em instituições de patrimônio.

Em concordância com as políticas internacionais que falam sobre racismo, xenofobia e intolerância correlata, os preceitos da Declaração de Durban, de 2001, auxiliam na construção da então futura Política Nacional de Museus de 2003, onde

Enfatizamos que a pobreza, o subdesenvolvimento, a marginalização, a exclusão social e as disparidades econômicas estão intimamente associadas ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, e contribuem

⁶Através do Decreto 4805/03 foi recriado o Ministério da Cultura.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4805.htm. Acesso em: 02 dez. 2022.

para a persistência de práticas e atitudes racistas as quais geram mais pobreza. (BRASIL, 2001, p. 13).

Ou seja, o Estado Brasileiro estava conectado com as discussões étnico raciais da época, o que trouxe a formação de uma política de estado para o patrimônio museológico nacional.

De fato, o apagamento do negro na história nacional, ora pelas suas práticas culturais ou até mesmo pela queima de documentos que comprovem sua existência, demonstra a urgência em se repensar a inserção dessa parcela da sociedade na história nacional.

Os museus municipais - o Museu Histórico de Itajaí, o Museu Histórico Municipal Gilberto Gerlach da cidade de São José, o Museu Anita Garibaldi, da cidade de Laguna, e o Museu Histórico Prefeito José Schmidt, de São Francisco do Sul - constantes desta pesquisa, serão analisados em relação aos seus processos museológicos à luz de Mario de Andrade, defensor da construção de instituições de patrimônio em municípios, para quem eles são primordiais

[...] Os museus municipais – continua o correspondente de Paulo Duarte – me parecem imprescindíveis. Não museus especializados que só competem às grandes cidades e são, devem ser protegidos por grandes verbas dos governos estaduais. Aliás estes museus especializados devem ser móveis, viajeiros como começam agora a ser os de França. (CHAGAS, 2015, p. 95).

Mário Chagas aproxima Mario de Andrade no tocante à proposta de museus municipais e de sua atualidade. Num primeiro momento, ocorreram resistências pela criação de instituições como estas. Contudo, a partir de 1970, começa o processo de expansão de espaços museais. Mesmo seguindo a lógica de grandes museus nacionais como, por exemplo, o Museu Histórico Nacional, que coloca duas vertentes bem claras: de um lado, o conceito de Gustavo Barroso e seu culto à memória e, de outro, o de Mario de Andrade, que entra na questão de uma herança social.

Já na ótica de Chagas, em 2015, parafraseando Marilena Chauí (1979), os museus têm a intenção de ser um espaço em que o nacional e o popular devem dialogar por meio dos seus discursos e, ainda, criticam a segmentação dessas instituições e dos próprios bens culturais onde, dentro de uma construção histórica e a ideologia da classe dominante do país, coloca o que se chama *primitivo* em museus da linha teórica da História Natural e do *popular*, em instituições que trabalham com folclore. Essa pretensa

elite se coloca em museus que possuem como foco as *Belas Artes*. E o negro, onde se encaixa dentro dessa sociedade?

Para Chagas (2015), os museus devem documentar e, nesse documento, denunciar, criticar e refletir a realidade, e em como a narrativa desses espaços deveria sugerir o diálogo com a população interessada em destacar suas memórias e suas práticas culturais. Contudo, tanto para Chagas quanto para Andrade, a participação popular nos museus, até hoje, permanece como desafio e encontra resistências. Nesse caso, para observar as instituições a serem pesquisadas, se faz necessário possuir esse olhar dos embates e silêncios, de ambos os lados, que poderão ocorrer.

Dentro dessa possibilidade, a questão fundamental dos espaços de memória que foram criados antes da elaboração da Política Nacional de Museus é identificar quais foram as convergências entre sociedade civil e governos locais e, principalmente, o que fazer com essas instituições e a pretensa criação de novas.

Essa política de estado, criada em 2003, foi acrescida de mais subtemas, em 2010, quando torna-se presente no Plano Nacional de Cultura (PNC) que, dividido em eixos, diretrizes e ações demonstra a ramificação das discussões e o amadurecimento do campo museológico naquele período.

No que tange a acervos negros, o *Eixo I - Produção Simbólica e Diversidade Cultural*, na sua Diretriz 1, tem como uma das ações programadas: a criação de assessorias no intuito de mapear e fazer o inventário da cultura material de matriz afro-brasileira. Nesse mesmo eixo, citado anteriormente, na sua Diretriz 5, destaca: a promoção e a democratização das instituições museológicas, dos sistemas e redes museais, por meio de participação da comunidade; traz a Estratégia 4: promover grupos de tradições culturais, como, por exemplo, comunidades quilombolas.

Ou seja, existem exemplos suficientes de possibilidades de apropriação tanto do poder público como das comunidades negras de uma política que tinha um período de duração de 10 anos (2010-2020). Mesmo que o Plano Nacional de Cultura não tenha sido implementado de forma integral, por questões políticas e de mudanças nas estruturas de governança no antigo Ministério da Cultura, o mesmo foi prorrogado até 2024.

2.4 A inserção da temática negra no patrimônio museológico

A necessidade de uma política afirmativa no país também colabora para que se sustente uma política pública de patrimônio no que concerne aos museus. Que estas instituições culturais tenham a abrangência não somente na esfera social, mas também cultural, conforme apregoa Abdias Nascimento (2019) que, como podemos ver, entende as dificuldades pelas quais os negros passam para serem reconhecidos nas mais diversas esferas da sociedade

[...] o negro brasileiro, ao contrário, tem de enfrentar uma teia emaranhada de sutilezas domesticadoras que principia na já citada obliteração da sua memória; depois vêm a violação miscigenadora, o estupro aculturativo, a imposição sincrético-religiosa, enfim, todo um elenco de máscaras para ocultar o desprezo de nossas elites que só tratam dia e noite para neutralizar a nossa integridade de ser total. (NASCIMENTO, 2019, p. 112).

Contudo, o contraponto à fala de Abdias Nascimento seria também discutir o conceito de negritude, dessa identidade negra, e de como as instituições museológicas dialogam com essa construção teórica do que é ser negro na sua formação histórica, suas expressões linguísticas e até mesmo questões psicológicas.

O conceito de negritude perpassa por teóricos que se comunicam, no entanto, possuem suas contradições que envolvem questões culturais, teóricas e ideológicas de como interpretar esse negro.

Essa identidade negra é ampla e complexa, ficando alguns questionamentos: os museus dão conta dessa complexidade? A discussão perpassa a questão de raça e cor? O que é fato é que esse conceito é uma questão discutível dentro das instituições museológicas no que concerne a inserção de uma parcela da sociedade excluída de uma participação política e econômica não somente em Santa Catarina, mas em todo território nacional.

Também não podemos deixar de pensar na temática do que seria afrodescendência que entra na questão de cotas. Será que os museus não deveriam também repensar suas políticas de preservação de memórias?

Então, entre a questão de raça e classe, a questão da negritude perpassa as que existem diferenças para Kabengele Munanga (2019) como a identidade negra que possui diversos fatores a serem vistos como

[...] a busca da identidade negra não é, no meu entender, uma divisão de luta dos oprimidos. O negro tem problemas específicos que ele sozinho pode resolver, embora possa contar com a solidariedade dos membros consistentes da sociedade. Entre seus problemas específicos está, entre outros, a alienação do seu corpo, de sua cor, de sua cultura e de sua história e conseqüentemente sua “inferiorização” e baixa estima; a falta de conscientização, histórica e política, etc. Graças à busca de sua identidade, que funciona como uma terapia de grupo, o negro poderá despojar-se do seu complexo de inferioridade e colocar-se em pé de igualdade com os outros oprimidos, o que é uma condição preliminar para uma luta coletiva. A recuperação dessa identidade começa pela aceitação dos atributos físicos de sua *negritude*, antes de atingir seus atributos culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicos, pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade. (MUNANGA, 2019, p. 18).

Nesse sentido, o conceito de negritude evidencia a complexidade desse negro e suas relações perante os processos de exploração e racismo. Contudo, conforme alguns autores, existem diferenças na interpretação dessa temática.

O objetivo central do conceito de negritude seria a busca de uma identidade negra, protestar contra a ordem colonial e a emancipação do povo negro com o intuito de construir uma civilização universal. A identidade negra está diretamente relacionada com sua construção histórica, onde esse processo se desdobra obrigatoriamente em identidade, fidelidade e solidariedade.

Essa identidade seria assumir plenamente sua condição de ser negro, fidelidade à ligação com o seu território de origem e solidariedade à criação de um processo de identidade entre os povos negros. Esse processo identitário começa no seu passado ancestral através de sua construção histórica e outras ciências, como a Arqueologia, auxiliam nessa proposta. A busca desse momento pretérito é o primeiro estágio dessa construção.

E esse conceito de negritude também foi determinante no discurso político da independência das nações africanas, contudo, uma de suas contradições foi a adoção do movimento de *francofonia*, ou seja, a promoção da língua francesa, idioma do conquistador, que também é o início do neocolonialismo que entra na vertente; além da questão cultural, a economia fica atrelada aos antigos senhores. Isso coloca em xeque o movimento de negritude (MUNANGA, 2019).

Suas teorias também auxiliarão a compreender como esse negro foi marginalizado e como se deu sua colaboração para a sociedade na ótica étnico-racial dessa negritude, bem como essa parcela da sociedade deveria ser incluída nas políticas de cultura dos estados.

Conforme Abdias do Nascimento (2019) os museus fizeram a organização de registros do grupo social negro e sua representação. Quer dizer, sua referência pode trazer para a pauta a discussão de quais caminhos podem efetivar essa inserção e como deveria a população negra estar inserida em lugares que preservam o patrimônio, porque, segundo Nascimento

[...] instituições e tradições de diversas culturas transplantadas da África para o Brasil permanecem existindo em todo o seu brilho e vitalidade. Algumas dessas culturas deixaram sua marca indelével na face cultural brasileira; outras conservam intacto todo um sistema de pensamento simbólico, de teologia e cosmologia. (NASCIMENTO, 2019, p. 115).

Nesse sentido, é fundamental verificar qual a forma de representação dessa parcela da população e como essas novas fronteiras nas instituições museológicas no país podem ser construídas. Assim sendo, a pergunta a ser feita nesses saberes e localismos pode ser interpretada por uma cultura que seja vigorosa para seus pares, nesse caso, os museus, e como essas comunidades, que foram historicamente excluídas dentro de suas cidades, podem trazer seu discurso histórico com toda a pujança necessária de valorização e respeito.

Sobre isso, é preciso ter a compreensão de que, mesmo que essa comunidade negra tenha seu espaço no museu, o seu discurso e o seu protagonismo devem ser dialogados entre os pares para que sua construção não seja desapropriada, e sim reconstruída, dentro de um espaço hermético (que são os museus e, assim, colocarem-se em situação de decolonialidade).

Entretanto a ligação, entre essa comunidade negra com as instituições museológicas deveria ser um elo das representações, conforme Roger Chartier (1991), que nos traz o conceito de representação, quando afirma

[...] ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre estratégias simbólicas que determinam posições e relações que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser percebido constitutivo de sua identidade. (CHARTIER, 1991, pp. 183-184).

Os estudos de museus devem avançar não somente para as coleções museológicas, mas também aos seus agentes que constroem essas instituições e sua

posição perante à sociedade, portanto, as representações se encaixam dentro dessa proposta teórica de análise como forma de percepção e seu processo identitário.

Logo, o sonho modernista de observar a criação de museus municipais e a proposta de inserção de novas memórias da Política Nacional de Museus demonstram o quanto existem convergências com a sugestão de Mário de Andrade, mas ao mesmo tempo revela seu distanciamento dessas instituições com as comunidades que ficam à sua margem, na sua convergência ou distanciamento. Também deve ser colocada à prova as mazelas que existem em nosso país que remetem, pela própria construção histórica de nossa sociedade, aos preconceitos e racismos, perceptíveis nas diversas esferas. Portanto, como essa carga é vista e sentida dentro do conceito de nação, nos museus também se absorvem as ideologias.

No Brasil, alguns espaços culturais são vistos como elitizados e fechados para determinados grupos sociais em detrimento de outros. Assim, será necessário um olhar mais acurado referente às formas de preconceito existentes, observando-se que o racismo poderá tangenciar essa pesquisa. Por esse motivo, a utilização de conceitos forjados por teóricos que têm essas lentes elucidará esse campo de possibilidades que não pode ser descartada.

O Estado de Santa Catarina também acompanha esse discurso, principalmente na pretensa formação de uma *Europa* brasileira. Essa proposta não se adequa na pluralidade que são os museus, resumindo-os na questão da ocupação do território e sua exploração, não abrindo outras possibilidades para os diversos grupos que não se enquadram no modelo étnico europeu que também construíram o Estado como, por exemplo, os negros.

Os museus do Brasil são espaços de inclusão, mas também de exclusão, que foram identificados dentro da Política Nacional de Museus. Contudo, isso não quer dizer que esses grupos excluídos, uma vez inseridos, também não irão enfrentar qualquer qualificação de racismo ou preconceito. Desse modo, o entendimento de política leva em conta, conforme Mbembe (2018), que

[...] A partir dessa perspectiva, a expressão máxima da soberania é a produção de normas gerais por um corpo (povo) composto por homens e mulheres livres e iguais. Esses homens e mulheres são considerados sujeitos completos, capazes de autoconhecimento, autoconsciência e autorrepresentação. A política, portanto, é definida duplamente um projeto de autonomia e a realização de acordo em uma

coletividade mediante comunicação e reconhecimento. É isso, dizem-nos, que a diferencia da guerra. (MBEMBE, 2018, p. 9).

Como vimos, política é a arte dos iguais, gera soberania e, principalmente, a democratização dessa sociedade. Deste ser soberano, novamente Mbembe traz a perspectiva de que

[...] soberania é, portanto, definida como um duplo processo de “autoinstituição” e “autolimitação” (fixando em si os próprios limites para si mesmo). O exercício da soberania, por sua vez, consiste na capacidade da sociedade para a autocriação pelo recurso às instituições inspirado por significações específicas sociais e imaginárias. (MBEMBE, 2018, p. 10).

No contexto dos museus, se debate a lógica de um *biopoder* nas formas como o Estado Moderno regula a sociedade e seus mecanismos para subjugação e controle da população (MBEMBE, 2018) onde se discute o que pode ser musealizado ou não. E, assim, qual memória irá compor a representação daquela comunidade ou quais critérios utilizados para aquisição de uma determinada coleção serão considerados em detrimento de outra? Ou seja, esse objeto musealizado tem possibilidade de construir um discurso de memória que tenha ligação com a narrativa proposta por aquela instituição, e não pela sociedade que construiu sua história.

Dentro de um contexto de museus que se encontram em sociedades onde a presença negra escravizada tem registro histórico, ressaltando a perda de como sua memória poderia ser registrada em espaços oficiais, a Política Nacional de Museus elenca essa demanda e a utilização de Achille Mbembe demonstrará que esse processo não é tão simples e, principalmente, franco e aberto.

No próximo capítulo, a partir das pesquisas realizadas nas instituições, será demonstrado como os museus catarinenses dialogaram com a PNM e como a comunidade negra interpretou essas instituições no que consiste a memória e a formação de coleções negras. As cidades que foram visitadas foram Laguna, São José, Itajaí e São Francisco do Sul, as quais possuem um histórico de formação político social diferenciado, contudo, encontram-se no litoral de Santa Catarina. A forma como cada museu dialogou (ou não) com a comunidade negra será demonstrada e quais acervos esses museus possuem.

3. INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS NO LITORAL CATARINENSE E A FORMAÇÃO DE SEUS ACERVOS

Neste capítulo abordaremos um breve histórico da escravidão negra e a formação de acervos negros no litoral catarinense, demonstrando o que as cidades de Itajaí, São José, Laguna e São Francisco do Sul possuem (ou não) de objetos, peças ou coleções. Também será observado neste capítulo estratégias adotadas pelos municípios para preservação dessa memória e suas propostas de inserção da comunidade negra nos museus.

3.1 Primórdios da escravidão e das instituições museais

Sabemos que a palavra escravidão é associada, para o brasileiro, a um processo criado no período histórico conhecido como *Brasil Colônia*. Contudo, essa prática advém desde a Antiguidade, começando nos grandes impérios babilônico e egípcio, passando pelos gregos, e amplamente difundido pelos romanos.

Mesmo com a queda do Império Romano Ocidental no ano de 473, a escravidão, como forma e processo histórico de mão de obra, não deixou de existir, apenas mudou a sua forma e como a sociedade tinha o entendimento do que é considerado trabalho ou práticas laborais. “Os escravos antigos eram autêntica mercadoria que o proprietário podia vender e por vezes mesmo destruir. Se nem sempre eram maltratados os seus descendentes carolíngios levavam uma vida muito menos difícil” (FORQUIN, 1970, p. 42).

Entretanto, ainda que o processo de servidão tenha semelhanças de uma continuidade ao de escravidão, ambas se distinguem pela autoridade religiosa, que, naquele caso, rege e escalona esse tipo de serviço entre o agora conhecido servo e o seu senhor, ambos delimitados em um espaço geográfico intitulado feudo.

Mesmo assim, a Europa Feudal ainda possuía resquícios da Alta Idade Média, conforme o desenrolar de seu desenvolvimento econômico e cultural e a expansão daquele continente para outras localidades do globo, que demonstrará uma mudança de hábitos sociais e, principalmente, de ver o outro.

Com o advento do movimento cultural e científico do Renascimento e o fechamento das rotas comerciais com o Oriente, novos percursos políticos e econômicos

surtem na Europa, sendo, neste caso, a formação dos Estados Nacionais e a origem das Grandes Navegações Europeias.

A busca de novas rotas de comércio (fechadas pelos árabes) recrudescer ideias de fazer novamente o contato com o Oriente, por meio de caminhos ainda não trilhados. Cristóvão Colombo, em seus diários que demonstraram o descobrimento (ou invasão), descreve esse ideário, como podemos ver

[...] Vossas Majestades, como católicos cristãos e Soberanos devotos da santa fé cristã, seus incrementadores e inimigos da seita de Maomé e de todas as idolatrias e heresias, pensaram em enviar-me, a mim Cristóvão Colombo, às mencionadas regiões da Índia para ir ver os ditos príncipes, os povos, as terras e a disposição delas e de tudo e a maneira que pudesse ater-se para a sua conversão à nossa fé e ordenaram que eu não fosse por terra ao Oriente [...]
 [...] Vossas Majestades que eu me dirigisse, com suficiente frota, às referidas regiões da Índia [...]. (COLOMBO, 1984, p. 29-31).

Contudo, os espanhóis não estavam sozinhos. O então Reino de Portugal também tinha esse propósito, porém, de outra maneira. Enquanto Colombo pretendia chegar ao seu objetivo percorrendo o mar para oeste, os portugueses pretendiam contornar o continente africano. Na literatura, Luiz de Camões demonstra o ímpeto lusitano de expandir seu poderio comercial.

2 E também memórias gloriosas
 Daqueles Reis que foram dilatando
 A Fé o Império, e as terras viçosas
 De África e Ásia andaram devastando
 E aqueles que por obras valorosas
 Se vão da lei da Morte libertando:
 Cantando espalharei por toda parte,
 Se a tanto me ajudar o engenho e arte. (CAMÕES, 2004 p. 25).

Na busca por novos mercados, ambas as propostas terão êxito. Espanha invade o então intitulado continente americano (nomeado pelo navegador Américo Vesúcio) e Portugal começa a sua exploração da costa africana.

Esses dois Estados Nacionais se organizaram a partir de um misto de economia, religião e exploração. A primeira, para suprir as demandas de uma burguesia ascendente; a segunda, justificando a ocupação do território; e a terceira, de agregar súditos com mãos e pés para dar início ao decurso, agora intitulado de colonização.

Naquelas circunstâncias, os portugueses constroem um mercado extremamente vantajoso. As primeiras buscas no litoral africano se deram pela procura de metais

preciosos, sendo um deles o ouro. O empenho e a necessidade de incrementar o comércio com esses locais da costa trouxe o advento de pequenos enclaves, conhecidos como feitorias - locais de troca e recebimento de mercadorias para serem enviadas ao continente europeu. Portugal foi extremamente eficiente nesse método de exploração.

Além da procura por mercadorias, o aumento das posses europeias, no então continente americano, e a necessidade de ampliação de mão de obra na América, levaram a mudanças de exploração econômica e social. Para suprir essa alteração, foi também necessária uma justificativa do processo escravista na África. Isso ocorreu por meio da religião, das guerras entre nações africanas - muitas vezes com incentivo europeu. Assim, o incremento, cada vez maior, da ocupação desse território levou a mudanças culturais que desestabilizaram toda uma sociedade construída dentro de um equilíbrio cultural, econômico e social.

Com o advento de uma demanda cada vez maior de exploração do continente americano, ocorreu a desestabilização de toda uma rede social na África. Esse processo gerou um tráfico e sequestro de pessoas extremamente agressivo, que levou riquezas para a Europa que, até hoje, representam os ganhos que são incalculáveis e irremediáveis.

[...] A escravidão nas Américas era variada, mas por definição legal, forma distinção linguística como na África. A escravidão nas Américas era sem dúvida mais brutal e exploradora do que a escravidão na África antes do século XIX porque seu objetivo era maximizar a produção de mercadorias para um mercado internacional inexaurível e minimizar os custos [...]. (HALL, 2017, p. 46).

Dentro desse processo de exploração das diversas transferências forçadas de contingentes humanos do continente africano para o americano para outro, as instituições de memória irão absorver esse processo que também repetirão o discurso de inclusão e exclusão. Nesse sentido será observada essa pauta na próxima sessão.

3.2 O Museu como local de construção de muros: Preservação e inclusão/exclusão

O processo de construção de um ciclo econômico nas Américas e a desconstrução de outro, no continente africano, também se mostram dentro de um fenômeno conhecido como museu.

Com o advento das grandes navegações comerciais e o fluxo de riquezas na Europa aumentando cada vez mais, devido às novas posses dos reinados pelo mundo, iniciam-se também outros acontecimentos no continente europeu.

A mudança de mentalidade do homem europeu do Século XIV trouxe novos olhares para essa Europa que estava, cada vez mais, retraída econômica e culturalmente. Um dos reflexos dessa ação foi o *Renascimento* cultural europeu, movimento que renovou saberes e fazeres da arquitetura, arte, medicina, entre outros campos científicos, reconstruindo os ideários greco-romanos e demonstrando o início do fim de uma era medieval.

O incremento nas artes na Espanha, Holanda, Itália e Alemanha comprova que a religião começa a perder espaço para uma visão de homem moderno, que passa a ser retratado, esculpido e representado, tendo a personificação das pessoas que produzem aquela obra onde a assinatura de uma tela tornou-se tão revolucionária quanto o homem descobrir o fogo.

Além desse incremento nas artes, o próprio homem europeu começa a demonstrar sua opulência perante o outro, estudando, esquadrihando, trazendo à tona leis naturais de formação de uma nova sociedade. Todo esse caminho circunscrito pelo redescobrimto da ciência e diminuição gradativa do poder de Roma através da Igreja Católica Apostólica Romana, segue na tentativa de retornar sua influência política e filosófica que, nesse caso, fica claro dentro da *Contra-Reforma*. Esse movimento político-religioso clarifica as mudanças que o continente europeu vinha demonstrando perante a autoridade religiosa.

No entanto, surge um fenômeno que reflete essa opulência e o acúmulo de capital no continente europeu, as *Câmaras das Maravilhas*. Na Itália Renascentista, observa-se que o colecionismo principesco visa a tendência de se demonstrar para o outro. Esse dito *outro* é o seu congênere, ora aliado ou inimigo, para trazer - por meio de coleções, poder e força – influências tanto nas relações comerciais como nos atos de guerra. Esses locais também demonstram a exploração que o continente europeu iniciava tanto nas Américas quanto na África.

Se a flora e a fauna europeias teriam seu lugar nessas coleções o que mais atraía os estudiosos era naturalmente a botânica e a zoologia das “Índias”, por outra parte presentes nos jardins principescos. Aldrovandi era um grande

admirador dos trabalhos em pluma dos mexicanos e chegou até encontra-los “mais belos que os trabalhos de Apelles. (BAZIN, 1969, p. 62, tradução nossa)⁷.

Esse colecionismo particular e restrito aos príncipes europeus começa a mudar gradativamente com a formação dos Estados Nacionais e suas representações de uma pretensa identidade inventada. Não obstante, pela necessidade de ícones que demonstrem um *Nacionalismo*, uma história vitoriosa desses países começa a ser narrada dentro de instituições que trabalham com a memória.

Assim, o fenômeno museu se constitui, *a priori*, como uma forma de demonstrar esse passado nacional, que se constrói na conquista de territórios ou expedições de reconhecimento. Esse *novo* espaço a ser explorado vai determinar a sua posse através da análise e estudo do *eu* europeu perante do outro dito *colonizado*, *primitivo* ou *selvagem* e isso perpassa dentro do espaço dessas novas instituições modernas conhecidas como museus. O *outro*, exótico, é a primeira forma como essas instituições se construíram na coleta ou espólio de outras localidades.

O aparecimento do museu como um dos objetos privilegiados pelos debates historiográficos recentes não é aleatório, visto que essa instituição está estreitamente relacionada a discussões sobre a nação, a história-memória nacional e patrimônio. (BREFE, 1998, p. 284).

A forma como essas instituições vão se expandindo entre os séculos XVII e XIX e se especializando na história humana demonstra a questão do processo de demarcação do que deve ou não ir para a posteridade, quais são as representações e os modos de saberes e fazeres preservados. Ou seja, sendo fiéis ao ideário de modernidade, os museus foram o cartão de visitas das nações, incluindo grupos dominantes e demonstrando as sobreposições de poder de uma pretensa história oficial desses países. Demarcando fronteiras e ditando conquistados e conquistadores, sendo determinantes em delimitar identidades em contraposição aos grupos formadores nacionais.

Dentro desse processo, os museus europeus mostram-se como espelhos de suas metrópoles coloniais e dos seus propósitos educativos à população que os cerca com seus espólios como, por exemplo, a existência de artefatos astecas em museus da Alemanha; máscaras rituais africanas em museus franceses; mantos ritualísticos

⁷ Si la flora y la fauna europeas tenían su lugar en esas colecciones, lo que más atraía los sabios era naturalmente la botánica y la zoología de las “Indias”, por otra parte presentes en los jardines principescos. Aldrovandi era gran admirador de los trabajos a pluma de los mexicanos y llegó hasta encontrarlos “más bellos que los trabajos de Apelles (BAZIN, 1969, p. 62).

brasileiros em instituições holandesas, dentre outros. A listagem é longa e incomensurável perante séculos de pilhagem. Contudo, a leitura dessa formação pode ser diferenciada em como esse semióforo pode ser comunicado.

Entre as abordagens das coleções, duas análises se confrontam. Na primeira que ele nomeia formalista, a coleção é definida teoricamente e ela consiste em aplicar fórmulas contemporâneas às sociedades passadas, tal como os conceitos de expertise, mercado, efeito de raridade, especulação. Contrariamente, a outra denominada substantiva rejeita a imposição de conceitos, tomando o objeto como um dado objetivo universal. (BREFE, 1998, p. 286).

Portanto, a formação dessa memória também envolve o esquecimento, não somente daquilo que os objetos retirados de suas realidades ou locais de origem, mas são construídos, para o europeu, como troféu de conquista.

Também demonstra que os museus se favoreceram do acréscimo econômico devido à exploração da escravidão e da retirada de acervos africanos que são claros, conforme demonstra Joseph Inikori citado por Gwendolyn Midlo Hall

[...] o papel do tráfico atlântico de escravos e da escravidão da Inglaterra nas Américas na Revolução Industrial na Inglaterra num contexto global da *longue durée* (entre 1650 e 1850), enfatizando a hegemonia crescente da Grã Bretanha no comércio marítimo internacional, incluindo o tráfico transatlântico de escravos, a produção na Américas de quantidades cada vez maiores de mercadorias de exportação por trabalho africano barato, e a ascensão das indústrias navais, bancárias e de seguros na Inglaterra para dar apoio a esse comércio. O trabalho dele é bem abastecido por uma abordagem comparativa; mas ele tende a menosprezar a riqueza acumulada por outras potências europeias e americanas através da exploração da África e dos africanos. A obra definitiva de Inikori sobre a Inglaterra deve inspirar outros acadêmicos a tratar das mesmas perguntas em relação à Espanha, Portugal, França, Holanda, Estados Unidos, Brasil e América Espanhola. (INIKORI, 2002 apud. HALL, 2017, p. 59)⁸.

O fragmento citado nos faz refletir sobre como foi a relação destes países com a formação de acervos negros nos museus; quais foram as relações que foram feitas referentes a uma historiografia europeia; que análise foi feita para o envio dessa tipologia. Dessa forma, ficam mais perguntas do que afirmações. Contudo, não foi uma relação entre iguais o processo de coleta ou na forma consentida pelas comunidades que estavam de posse dessas memórias.

⁸ INIKORI, J. E. **Africans and the Industrial Revolution in England**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

Esse caminho lento e tortuoso durante quase 600 anos de exploração do continente africano até hoje não é revisto pela comunidade internacional. A construção dos museus europeus serviu de exemplo para instituições do continente americano, tanto nas suas práticas de formação das coleções como nos processos teóricos de análise.

A dinâmica desse conjunto de fatos e atos dentro de uma jornada de longa duração e a construção teórica e institucional dos museus começa a ser revista ainda no século XX. Também cresce no século XXI a questão de um discurso decolonial⁹ de desconstrução dos discursos de poder dentro dos museus.

O questionamento das ações efetivadas por essas instituições é salutar até mesmo para corrigir incoerências históricas, culturais e sociais, demonstrando não somente o repensar, mas o trazer à tona outros atores que compuseram a comunidade mundial.

Portanto, a revisão não deve ser somente dos museus, mas também das instituições internacionais que normatizam essas instituições são de suma importância. Sendo assim, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) começa a ser repensado de uma lógica europeia para outras possibilidades de se fazer museus, pensar Museologia e trazer outras comunidades para a discussão.

Conforme Hugues de Varine Bohan, essa revisão das instituições museológicas se dá devido a sociedade estar mais dinâmica e, principalmente, mais fluida para outras relações culturais além das demonstradas em espaços tradicionais.

[...] Os museus continuaram a ser instituições que se dedicaram a colecionar, conservar, apresentar e a educar, no sentido mais didático da palavra, mas em caso algum desempenham um papel ativo, no sentido de dar ao público a iniciativa cultural. Não tenho muitas certezas quanto a poderem a manter-se muito mais tempo nesta situação. E isto por dois motivos: por seu caráter 'dinossauro', ou seja, por sua grande defasagem, e também concorrência do que costumam chamar de 'monetização da cultura'. (BOHAN, 1979, p.14).

O tipo de papel ativo que hoje a sociedade vive incluso da velocidade acelerada nas redes sociais demonstra a importância da inserção de novos atores e discussões dentro de instituições museológicas devido a toda a dinamicidade.

Importante também rever posições, por exemplo, sobre como se formaram determinados acervos de um grupo específico, suas interações, qual foi o contexto em

⁹ Decolonial nesse sentido são as práticas que fogem de uma museologia tradicional tanto na sua estética e ótica do mundo europeu. (BRULON, 2020).

que determinado semióforo foi inserido e, se for caso, a sua validade como representante da respectiva comunidade.

Novamente Varine Bohan nos ajuda a pensar esse processo, no que consiste à questão da problemática em inserir novos atores e a forma de resistência dentro de museus:

Quando exponho minhas opiniões como as que acabei de exprimir, há pessoas que me acusam de fomentar o desaparecimento do museu. Dizem mais ou menos o seguinte: "Você advoga que a instituição não deve depender somente do pessoal científico mas duma comunidade dum grupo de usuários; isso corresponde ao desaparecimento do que até agora era considerado especificamente o museu: um edifício com coleções importantes, raras, reunidas por sua qualidade de patrimônio incomum, que se impõe e conserva." A isto oponho-me afirmativa e negativamente. Afirmativamente na medida que o museu tradicional está condenado a desaparecer, salvo na forma dum banco de objetos de que atrás falei. E negativamente no que respeita à especificidade do museu, que continuo considerar fundamental. Vivemos num período histórico em que o homem recebe a informação cotidiana através da reprodução, ou seja em duas dimensões. O museu integra a terceira dimensão, a sensação do volume. (BOHAN, 1979, p.74).

No entanto, como nossas instituições estão repensando suas coleções, seus espaços expositivos e a inserção de novos atores? As políticas públicas estão dando conta disso? Quais os recursos inseridos?

As instituições museológicas nacionais dão pouca resposta na questão da inserção de acervos negros e as poucas iniciativas existentes não possuem continuidade. As pesquisas existentes no meio acadêmico se limitam à questão imaterial, que é de grande importância, embora só dêem suporte a uma faceta desse patrimônio.

Sabemos que o nosso país foi o que mais recebeu escravizados nas Américas, distribuídos em quase todo o território nacional. As falas de Varine Bohan reforçam a necessidade de mostrar essa sensação de volume, tanto nas discussões como na representação dessa parcela não contemplada de forma ampla e cara em nossos museus.

Em nosso país existe uma Política Nacional de Museus amplamente discutida. No entanto, como foram os instrumentos para que ela seja plena e de conhecimento de todos os cidadãos?

Sobre as coleções existentes que possuem referências a negros, quais são as discussões no país? Eles se sentem representados? A política pública atual consegue ser amplamente aplicada?

As perguntas são efetivadas no intuito de se pensar na mesma lógica de Joseph Inikori (2002). Na Inglaterra, o acúmulo de capital pela escravidão propiciou o desenvolvimento deste país. E nos outros, como essa exploração teve diálogo dentro do meio acadêmico?

3.3 Os Museus do Litoral Catarinense

Como já comentado, nossa metodologia de pesquisa incluiu pesquisa de campo a fim de buscar nos museus elencados para a análise e em suas comunidades, as respostas para o alcance de nossos objetivos.

Aliás, em algumas instituições as informações acessíveis via *internet* ou publicações inexisiam, portanto, optamos em visitar os museus das cidades de São José e São Francisco do Sul no mês de julho de 2021, o que foi de suma importância para ter um entendimento claro desses espaços.

A pesquisa de campo foi efetivada nos quatro museus do litoral catarinense, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 - Cronograma de Visitas das Instituições Pesquisadas

Data	Local	Cidade
18/08/2022	Museu Histórico de Itajaí	Itajaí/SC
22/08/2022	Museu Histórico Municipal Gilberto Gerlach	São José/SC
24/08/2022	Museu Histórico Anita Garibaldi	Laguna/SC
26/08/2022	Museu Histórico Municipal Prefeito José Schmidt	São Francisco do Sul/SC

Fonte: elaboração própria.

Para efetivação das visitas técnicas nas instituições citadas, foram encaminhados questionários prévios para os museus (APÊNDICE A), que continham questões acerca da coleta de informações sobre os museus, sobre os profissionais que respondiam o referido documento e relativo à indicação de pessoas da comunidade negra que pudessem explanar sobre as relações entre a sociedade e os espaços museais existentes nas cidades pesquisadas. Das cidades para as quais foram enviados os questionários, Itajaí e Laguna indicaram pesquisadores da temática. No caso de São Francisco do Sul, contatamos com a autora do livro que fez um breve levantamento da colaboração negra naquela cidade. E na cidade de São José, não ocorreu indicação.

O fato de solicitar para as instituições que indicassem pessoas da comunidade negra para serem entrevistadas seria uma estratégia para aferir como estava o engajamento de cada museu com esse grupo social e o quanto esse grupo também estaria inserido nas discussões sobre patrimônio museal na sua localidade.

As pesquisas nessas instituições se efetivaram com o envio de um questionário prévio para entender quais eram os documentos existentes e as informações que os museus possuíam referentes à temática a ser estudada.

Nas visitas às instituições foram pesquisados: os Planos Museológicos (quando existia esse documento no Museu), a documentação museológica (inventários, fichas catalográficas, arrolamentos, termos de doação ou outros quaisquer documentos que comprovassem a posse daquele objeto) e a existência de peças das quais foram captadas imagens, que apresentaremos adiante.

Os questionários encaminhados para os museus e para as pessoas indicadas por essas instituições foram transformados em atas e validados pelas pessoas que responderam às perguntas.

Este estudo foi executado de forma exploratória, observando os relatos dos questionários, na leitura dos planos museológicos (especificamente sobre o programa de acervos) e documentação museológica existente nos museus. As imagens dos acervos são uma forma de comprovar sua existência e sua localização dentro da instituição, seja na exposição (longa ou curta duração), reserva técnica e restauro.

Nas seções seguintes estão descritos, um a um, os museus pesquisados e destacadas sua trajetória, seu histórico e as impressões e análises sobre as visitas aos referidos locais e respectivas análises.

3.3.1 Museu Histórico de Itajaí

O Museu Histórico de Itajaí, uma das unidades culturais da Fundação Genésio Miranda Lins, foi inaugurado no dia 05 de janeiro de 1982. A referida instituição é criada a partir da coleção pessoal de João Amaral Pereira, colecionador local que, com a abertura da instituição, teve seus objetos como referência para as primeiras exposições do Museu.

Figura 1 - Museu Histórico de Itajaí




Fonte: Autor (2022).

Mesmo sendo criado na década de 1980, as primeiras peças catalogadas no MHI foram agregadas à coleção somente na década de 1990, com utilização do Thesaurus (BIANCHINI; FERREZ, 1987), publicação criada pelo Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro através do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e distribuído às instituições museológicas pelo país, nos anos 1990 e início de 2000, para a documentação dos acervos. Vale lembrar que a homogeneização de procedimentos de documentação e registro em museus com a distribuição dessa publicação foi fruto da primeira tentativa de uma política pública de museus dentro do país, embora não tenha sido dada a devida continuidade.

As primeiras fichas catalográficas do Museu possuem informações diversas desde a questão identificação, procedência e forma de aquisição. Nessas fichas foram identificados os primeiros acervos negros do museu, entre os anos de 1988 e 1999. A Figura 02 destaca o objeto *Simeão* e trata-se de um dos exemplares de acervos negros no MHI.

Figura 2 - Ficha Catalográfica


FUNDAÇÃO GENÉSIO MIRANDA LINS
MUSEU HISTÓRICO DE ITAJAÍ

FICHA DE CATALOGAÇÃO

NÚMERO DE CATALOGAÇÃO: M.H.L. 003 / 0015
 CATEGORIA: PINTURA
 TÍTULO DO OBJETO: SIMEÃO
 AUTOR: LINDINALVA DEOLA DA SILVA
 END.: ITAJAÍ-SC
 MATERIAL: PAPEL, GUACHE E GIZ PASTEL SECO
 TÉCNICA: DESENHO E PINTURA
 DATA DE CONFECCÃO DO OBJETO: / / 1988
 DIMENSÕES: (cm/kg)
 LARGURA: 48 cm ALTURA:
 COMPRIMENTO: 58 cm DIÂMETRO:
 ESPESSURA: PESO:

F O T O G R A F I A

PROCEDÊNCIA: ITAJAÍ-SC
 PROPRIEDADE DE: LINDINALVA DEOLA DA SILVA

Dados sobre a foto do objeto.
 FOTÓGRAFO:
 MÁQUINA:
 FILME:
 NEGATIVO:

FORMA DE AQUISIÇÃO: DATA: / / 1988
 DOAÇÃO DOADOR: LINDINALVA DEOLA DA SILVA
 ENDEREÇO: ITAJAÍ-SC
 COMPRA: PREÇO: Registro:
 TRANSFERÊNCIA: PERMUTA: Registro:
 COMODATO: TEMPO: Registro:
 EMPRÉSTIMO: Registro:

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM REGULAR PÉSSIMO
 OBS.:

PREENCHIDO POR: (nome) CLAISSON G. COSTA
 DATA E ASSINATURA: 19/06/92
Clairson G. Costa

Fonte: Museu Histórico de Itajaí (2022).

Essa primeira geração de acervos está atrelada à construção de uma memória negra referente à escravidão. No entanto, grande parte desses acervos são oriundos de uma compra realizada do Estado de Minas Gerais para o MHI, ou seja, sem uma relação direta com os escravizados locais. Na Figura 02 indicada acima está a ficha da obra (que está reproduzida na Figura 03, abaixo) em suporte papel com técnica de guache e giz de cera demonstrando, de forma idealizada, um escravizado de nome Simeão pintado pela artista local Lindinalva Deola da Silva, no ano de 1988.

Figura 3 - Reprodução da obra Simeão (1988)



Fonte: Acervo Museu Histórico de Itajaí (2022).

Simeão foi o escravizado cedido por Agostinho Alves Ramos para auxiliar na construção da primeira capela da cidade destinada à Imaculada Conceição. A edificação, uma vez concluída, seria requisito para emancipação da então *Villa de Ithajay*.

A obra *Simeão*, conforme o registro na referida ficha, esteve durante um determinado período em exposição, contudo, não especifica a temporalidade e o motivo da sua retirada de exibição. A grande maioria dos acervos desse período adquiridos entre os finais da década de 1980 e década de 1990 possui como temática a escravidão. Já comentamos que estas peças eram adquiridas através de compra no

Estado de Minas Gerais, demonstrando a construção do histórico local de forma sem fidelidade.

A justificativa dessa tipologia de acervos no Museu vem ao encontro de duas situações: o centenário da Lei Áurea, momento oficial da abolição da escravatura no país; bem como a inclusão na Lei municipal 2830/93. No seu artigo 1º, insere a temática negra no currículo escolar municipal: “As escolas da Rede Municipal de Ensino incluirão no programa de disciplinas de Estudos Sociais, História e Geografia o conteúdo HISTÓRIA AFRO BRASILEIRA” (COSTA, 2007, p. 17).

Os objetos em questão demonstram a tentativa de um diálogo entre a legislação existente na época com a construção de um discurso sobre qual negro deveria estar no Museu. Neste caso, seria a representação daquele negro que era escravizado, entretanto, sem o devido diálogo com a comunidade.

No quadro 02 listamos os acervos, oriundos do Estado de Minas Gerais, que foram adquiridos, em grande parte, através de compra e de um mesmo proprietário, Renato Francisco dos Santos Júnior, colecionador conhecido e que vendeu diversas peças para compor o acervo do Museu Histórico de Itajaí.

Quadro 2 - Museu Histórico de Itajaí 1988-1999

N. de catalogação	Título	Procedência	Ano de entrada	Forma de aquisição
M.H.I. 03/0015	Simeão	Itajaí/SC	1988	Doação
M.H.I. 027/0001	Tronco ou Vira-Mundo	Minas Gerais	1990/1993	Empréstimo/Compra
M.H.I. 027/0002	Argola de Pescoço	Minas Gerais	1993	Compra
M.H.I. 027/0004	Algemas	Minas Gerais	1994	Compra
M.H.I. 027/0005	Argola de Pescoço	Minas Gerais	08/1997	Compra
M.H.I. 027/0006	Argola de Pescoço	Minas Gerais	10/1998	Doação
M.H.I. 027/0007	Anjinho ou Quebra-Dedos	Minas Gerais	1999	Doação

Fonte: elaboração própria.

A grande maioria das peças destacadas ficaram em exposição no Museu até o ano de 2005, mas foram retiradas e alocadas em Reserva Técnica da instituição. Fica a pergunta, onde está a participação da comunidade negra neste decurso?

A retirada e a realocação das referidas peças abriram um vazio sobre a temática negra no MHI. Devido a mudanças políticas na Prefeitura de Itajaí, iniciou-se um

processo de releitura dos acervos institucionais através das ações educativas do Museu. Nessa nova ótica nos deparamos sobre qual a posição do negro no museu.

Portanto, dentro das Ações Educativas do Setor de Educação Patrimonial do Museu Histórico de Itajaí, durante os anos de 2008 e 2009, quando se apresentava a Galeria de Bustos dos ilustres fundadores de Itajaí, foi lançada a problematização com o seguinte questionamento ao público estudantil: *Agora respondam onde está Simeão?*

Esta pergunta levaria a olhares curiosos, gerando novas perguntas como, por exemplo: Quem é esse Simeão? Porque ele deveria estar aqui? Por que ele não está? E a partir disso encontrar as respostas, entender o processo que levou a exclusão do Simeão. Pois ele não era tão ilustre quanto o comerciante que pediu a construção da 1ª capela ao Bispo, o pároco que fez as primeiras celebrações pois foi com a força de trabalho das mãos do escravo Simeão que a capela foi erguida. E por fim levar os estudantes a refletirem sobre o que podemos fazer enquanto comunidade para reescrever a história. (JACINTO, 2014, p. 45).

Essa iniciativa levou a municipalidade a adquirir, sob encomenda, no ano de 2009, um busto que representasse o escravizado Simeão.

Figura 4 - Busto de Simeão



Fonte: Acervo Museu Histórico de Itajaí (2022).

É novamente Elizete Jacinto, educadora patrimonial daquela época, que nos demonstra essa proposta.

A proposta apresentada seria a representação do “povo afrodescendente” na construção de parte da história da cidade. Nos encontros que se sucederam, foi definida a tomada de preço com planilha de três orçamentos para confecção do busto. E nesta concorrência, coube ao artista plástico Silvestre João de Souza Júnior a honra de dar um rosto ao personagem Simeão. A confecção do busto contou com a presença dos funcionários da FGML e membros do Movimento Negro local para apreciação de cada etapa concluída. (JACINTO, 2014, p. 46).

O referido busto foi apresentado à comunidade no dia 20 de novembro de 2009 em solenidade no Museu Histórico de Itajaí e essa proposta demonstra o encontro da negritude local com o poder público. O intento foi expandido para outras atividades da Prefeitura de Itajaí, tendo sido criado o *Prêmio Simeão de Valorização do Negro* na Sociedade Itajaiense, através da Lei nº 6.026/2012, que premia personalidades negras que contribuíram para com a comunidade. O troféu seria um mini busto de Simeão que está Museu.

As duas propostas, busto e troféu, anteriormente descritas foram iniciativas do município de Itajaí no intuito da valorização da comunidade negra local, ou seja, uma proposta de política pública local demonstra que seria essa negritude e sua representatividade no município que deveria compor os espaços institucionais do museu e da sociedade itajaiense.

Em 2014, temos o ingresso do primeiro acervo doado pela comunidade negra ao Museu Histórico de Itajaí. Foram nove objetos oriundos de cultos de religiosidade africana pertencentes à Mãe de Santo Cecília Florinda da Rosa, dentre eles, os anéis Babalaô Orixá, ou seja, signo de grande importância e distinção dentro do rito do candomblé¹⁰.

Em 2016, esses anéis foram colocados em exposição na nova organização expográfica inaugurada pelo Museu, no núcleo expositivo *Fé e Sincretismo*, que demonstra as manifestações de fé existentes na cidade, dentre elas o candomblé. Nesse mesmo espaço foi alocada uma *Pemba*, objeto que também faz parte de rituais do candomblé e umbanda e que foi doada ao MHI no ano de 2008, devido as ampliações do Porto de Itajaí. Este acervo, contudo, não continha descrição de qual era o contexto do objeto no local onde foi recolhido.

¹⁰ Candomblé é uma manifestação de fé afro-brasileira, construída pelos grupos escravizados, usando o sincretismo religioso com o catolicismo devido a proibição de culto de negros no Brasil. Existem no país milhares de casas que praticam essa religiosidade e também é patrimônio cultural brasileiro através da Lei 6292/75 sendo ele material ou imaterial.

Figura 5 - Núcleo Expositivo Fé e Religiosidade (MHI)



Fonte: Autor (2016).

Destaca-se que o Museu Histórico de Itajaí possui uma política de acervos. Conforme o referido documento (2016), no seu Artigo 7º, fica determinada a quantidade de coleções existentes para a aquisição de acervos. As coleções são: Poeta Marcos José Konder Reis (I), Prefeitura de Itajaí (II), Artes Visuais (III), Cidade de Itajaí (IV) e Numismática e Medalhística (V).

A primeira coleção é referente ao Poeta Marcos José Konder Reis, expoente da literatura estadual e nacional. A segunda, é referente a mantenedora da Fundação Genésio Miranda Lins, a Prefeitura de Itajaí, e conta com peças referentes a atividades e condecorações que a Prefeitura ou o prefeito receberam durante as diversas gestões encerradas. A coleção III tem referência às Artes Visuais, obras de arte (esculturas, telas, instalações e outras formas de manifestações artísticas) de artistas plásticos da cidade de Itajaí. A coleção Cidade de Itajaí encerra os acervos referentes a doações individuais de pessoas que possuam objetos que tratem do contexto da cidade de Itajaí. E, por último e não menos importante, o Museu possui uma coleção específica referente a numismática e medalhística, devido a instituição possuir uma quantidade considerável de peças dessa temática.

Para fins desta pesquisa iremos nos ater a Coleção IV - Cidade de Itajaí. Como foi comentado anteriormente, seriam peças de doadores individuais, contudo, com uma especificidade, contempla a temática étnico racial.

COLEÇÃO IV – Cidade de Itajaí – Lote de peças oriundas da cidade de Itajaí incluindo a **temática étnicorracial**, coleção de cunho aberta onde se pode efetivar o acréscimo de peças através de compra, doação ou permuta, as mesmas serão anexadas ao acervo permanente. (ITAJAÍ, 2016, p. 7).

A citação demonstra que os debates e acervos anteriores geraram a inserção dessa temática na política de acervos da instituição, o que é muito salutar no que tange a ampliação de novas e inclusivas memórias dentro das coleções institucionais.

O MHI também possui seu plano museológico, aprovado recentemente no ano de 2022, ajustando suas diretrizes e atividades à Lei nº 11.904/09 e ao Decreto nº 8.124/13. Em razão dos objetivos de nossa pesquisa, vamos nos ater ao Programa de Acervos. Em observação ao seu diagnóstico, ele identifica entre os acervos institucionais o conjunto de esculturas e bustos, dentre eles o de Simeão, já descrito anteriormente. Entretanto, não foi dada a devida valorização aos anéis representativos à questão da manifestação de fé de matriz africana. No referido documento foi elencado uma campanha de acervos feita com a comunidade negra efetivada em 2021, onde nos descreve que ocorreu a participação da comunidade negra nesta seleção, embora sem detalhar como foi esse processo e nem mesmo qual seria a destinação das peças em termos de pesquisa e fruição dos respectivos acervos.

A conclusão do Programa de Acervos do Plano Museológico não indica que se tenha continuidade no processo de aquisição e incorporação de acervos da comunidade negra no Museu. Entretanto, na entrevista por ocasião da coleta de dados para a pesquisa, a museóloga responsável, Tayná Mariane Monteiro de Castro (APÊNDICE B), enfatiza que o caminho para ampliação da participação desse grupo social são as redes de contatos: o Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Itajaí (CONEGI) e a Câmara Setorial Afro do Conselho Municipal de Políticas Culturais.

Em entrevista com o historiador e estudioso da negritude local de Itajaí, o Professor Doutor José Bento Rosa da Silva, na data de 10 de outubro de 2022 (APÊNDICE C), ele acredita que além dos acervos a serem constituídos nos museus, as demonstrações religiosas (como por exemplo, a Festa de Nossa Senhora do

Rosário) e territórios negros (como o Beco do Quilombo, próximo ao Porto de Itajaí) deveriam ser valorizados como patrimônio local. E, no encerramento da entrevista, José Bento Rosa da Silva acredita que as políticas de aproximação devem não só passar por meras gestões e, sim, uma constante na instituição como na cidade: “[...] que o museu dever ultrapassar gestões para que tenha continuidade nas políticas referentes a comunidade negra da cidade”.

Já em outra entrevista, Darlan Pereira Cordeiro (APÊNDICE D), Arqueólogo da Fundação Genésio Miranda Lins, indica que foi, na sua gestão como superintendente, confeccionado o busto de Simeão e associa a aproximação com a comunidade negra local como um processo educativo. Ele cita a proposta de confecção da escultura atrelada a parceria entre a Fundação Genésio Miranda Lins (mantenedora do Museu Histórico de Itajaí) e a Secretaria de Relações Institucionais e Temáticas da Prefeitura de Itajaí, que ocasionou o *Prêmio Simeão*. Essa premiação ainda existe na atualidade e permanece com sua função primordial de valorizar personalidades da negritude local da cidade de Itajaí. Darlan Cordeiro acredita que “é um caminho de mão dupla entre a instituição museu como a própria comunidade em também buscar seu espaço como pertencimento e apropriação nesse local de memória”.

Nas estruturas de governança da Prefeitura de Itajaí existem, na atualidade, a Secretaria Municipal de Promoção à Cidadania, onde está uma Diretoria de Relações Temáticas. Nessa secretaria existe o Conselho Municipal da Comunidade Negra de Itajaí, onde nessa estão os contatos com as entidades negras da cidade. Já na Fundação Cultural de Itajaí existe o Conselho Municipal de Políticas Culturais, no qual se encontram câmaras setoriais, dentre elas, a Setorial de Expressões Artísticas e Culturais Afro-Brasileiras.

Entretanto, nenhuma das duas instituições possuem inserção da Fundação Genésio Miranda Lins, ora como uma representação fixa ou de assento tanto no Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Itajaí como na setorial da Fundação Cultural de Itajaí. Quer dizer, não existe uma comunicação entre patrimônio histórico/museal com as representações da sociedade negra tanto no quesito políticas afirmativas como também nas práticas culturais.

Outro ponto positivo do Museu é o acesso aos acervos, tanto aqueles que estavam preservados em Reserva Técnica quanto aqueles que estavam sendo utilizados nas expografias da instituição, ou seja, existem possibilidades de

remanejamento de peças para dar continuidade e variedade sobre essa temática nas ações realizadas pelo MHI.

Portanto, na visita ao Museu Histórico de Itajaí elencando a sua trajetória de construção dessa temática, bem como observadas as estratégias desse espaço pelas suas políticas institucionais, ressaltamos sua Política de Acervos e seu atual Plano Museológico, documento este construído sob a supervisão de uma museóloga concursada como responsável técnica daquele espaço.

3.3.2 Museu Histórico Municipal Gilberto Gerlach de São José

O Museu Histórico Municipal Gilberto Gerlach, da cidade de São José, é uma das unidades mantidas pela Fundação Municipal de Cultura e Turismo. A instituição está instalada em casa histórica tombada pelo Patrimônio Municipal de São José, sendo que recentemente o Museu teve alteração do seu nome anterior, Museu Histórico Municipal de São José, para a denominação atual. Gerlach, que hoje denomina o Museu, foi cineasta, historiador, escritor e um grande ativista cultural da cidade.

Figura 6 - Museu Histórico Municipal Gilberto Gerlach



Fonte: Autor (2022).

O Museu de São José não possui acervos relativos à negritude na sua composição, mas merece algumas considerações, a partir de nossas observações. A instituição possui plano museológico confeccionado no ano de 2010, recordando que a Lei 11.904, que institui o Estatuto de Museus, foi sancionada em 14 de janeiro de 2009. Portanto, São José é um dos primeiros municípios catarinenses a ter seu planejamento por escrito, pois o seu plano foi lançado no ano de 2010. Contudo, o mesmo não foi atualizado e tampouco executado.



Mesmo que a instituição possua tal documento, a Prefeitura de São José, até o término da presente pesquisa, não possuía nos seus quadros o profissional museólogo,

conforme as prerrogativas da Lei 7.287/84. Isso demonstra uma possível fragilidade na manutenção do patrimônio museológico local. Entretanto, no seu Programa de Acervos do seu Plano Museológico identifica-se um questionamento da história local, mais específico sobre a exploração da temática negra, mas na condição de escravizado, associando a edificação onde a instituição está instalada com a presença anterior de uma possível senzala. O prédio onde o museu encontra-se instalado foi construído em meados do século XVIII e teve diversos usos do espaço durante o seu histórico; possui como registro na Fundação Catarinense de Cultura como bem tombado¹¹ contendo características de um colonial rústico português.

Os acervos do museu encontram-se arrolados em uma planilha do programa da *Microsoft Excel* e teve iniciado o processo de inserção de informações em fichas catalográficas, como se pode observar na Figura 07.

¹¹ Para mais informações: <https://www.cultura.sc.gov.br/a-fcc/patrimoniocultural/patrimonio-material/listagem-de-bens-tombados#sao-jose>. Acesso em: 30 nov. 2022.

Figura 7 - Ficha Catalográfica – Museu Histórico Municipal Gilberto Gerlach

 Ficha Catalográfica - Museu Histórico Municipal de São José	
Número de inventário:	Nome do Objeto: Cocar Guarani
Doador/Coleção: Caio de Capua	
Modelo de aquisição: permuta (casco de tartaruga)	Data de doação: 31/052022
Origem: Reserva Guarani – Município de Biguaçu	Objetos relacionados:
Classe/Categoria: cultura indígena	
Estado de conservação: excelente	Procedência: Acervo particular Caio de Capua
Material/Técnica: Penas de gavião, cordão colorido para amarração	
Dimensões:	
Localização:	
Histórico da peça:	
Descrição: Cocar feito em penas de gavião coloridas(segundo o doador), cordões coloridos para amarrações.	
Fotos:	
	
Histórico exposição:	
Recomendação/ intervenções anteriores	
Marcas/inscrições	

Fonte: Museu Histórico Municipal Gilberto Gerlach (2022).

Mesmo não possuindo acervos sobre a temática da negritude, nos arquivos do Museu existe um diagnóstico intitulado *Patrimônio Cultural e Relações Étnico-Raciais no Município de São José – SC* confeccionado em outubro de 2012, onde demonstra o interesse do município sobre o tema. O referido diagnóstico foi produzido pelo Núcleo de Estudos Negros da cidade de Florianópolis/SC em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos da América.

O documento em questão evidencia, de forma muito precisa, os territórios negros na cidade de São José, apontando a formação dos mesmos e como esses locais

deveriam ser valorizados como patrimônios locais da cidade pela sua imaterialidade, espaços de sociabilidade e referências para a comunidade negra local. Dessa maneira, dando uma contrapartida à lógica de preservação de patrimônio local que se embasa na lógica nacional no que concerne à política de *pedra e cal* do IPHAN, seguida também pelo mesmo pensamento preservacionista da Fundação Catarinense de Cultura referente a bens de cultura material.

Todavia, nesse diagnóstico foram elencados três espaços de preservação e fruição do patrimônio local: 1. Arquivo Histórico Municipal de São José, 2. Biblioteca Municipal de São José, e 3. Museu Histórico Municipal Gilberto Gerlach. Nas instituições citadas, o que existe na municipalidade são documentos encontrados no Arquivo Histórico, sendo que ali tinha se efetivado uma exposição intitulada *Negras Memórias*, no ano de 2007; entretanto, o documento não especifica como foi o processo e seus desdobramentos na cultura material de São José.

Um dos territórios negros elencados nesse diagnóstico foi um obelisco localizado na praça Hercílio Luz, local esse que fica em frente da Igreja Matriz de São José. Esse monumento, conforme iconografia local, localiza-se onde estava instalado um Pelourinho¹², demonstração do grau e quantidade da população negra em São José.

¹² Nas colônias luso-espanholas na América, o Pelourinho era o local de castigos em praça pública de criminosos ou descontentes com os governantes locais, muito foi usado para servir de tortura para escravizados e demonstração de força para os demais habitantes da localidade onde possuía tal instrumento. (ANDRADE, 2022).

Figura 8 - Obelisco de inauguração do Jardim Carlos Napoleão Poeta

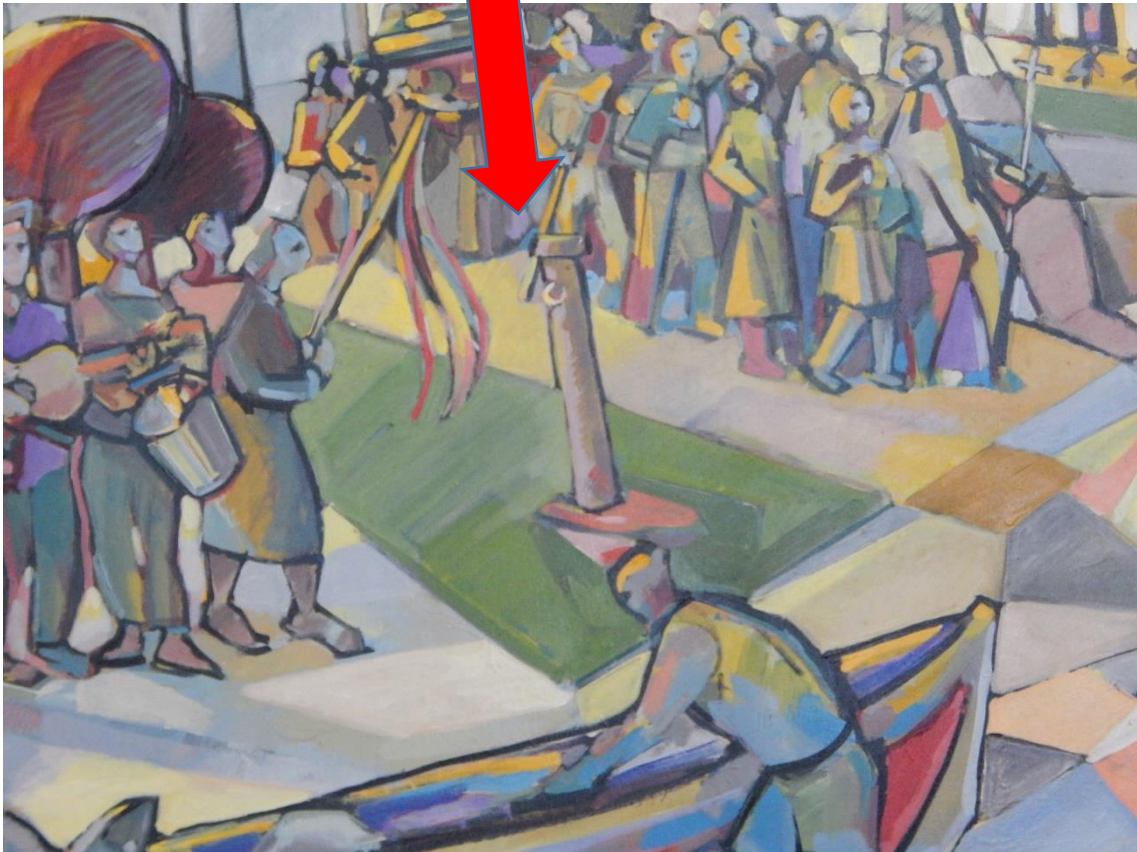


Fonte: Autor (2021).

Se atentarmos à imagem acima, existe a representação do Pelourinho com a figura de um negro à frente desse marco judicial. A data de entrega da obra pública foi em 21 de setembro de 1988, quatro meses depois da data comemorativa dos 100 anos de abolição da escravatura. Pelo diagnóstico anteriormente citado, esse espaço e outro local chamado de *Carioca* foram dois dos referenciais da comunidade negra local.

No Museu, a referência existente em relação ao Pelourinho encontra-se numa tela que está exposta em uma das salas da instituição, entretanto, a mesma não está no arrolamento citado anteriormente.

Figura 9 - Tela S/Título



Fonte: Autor (2022).

Os servidores que estão no Museu, atualmente, não possuem referências sobre o artista plástico que confeccionou a tela, mas a mesma demonstra diversas tradições

culturais da cidade de São José na qual apresenta-se não só o monumento e sim o Pelourinho propriamente dito.

Na visita efetivada no Museu, foi questionado se existia alguma menção a esse Pelourinho; os servidores indicaram a Câmara de Vereadores de São José, espaço próximo ao Museu.

Em pesquisa aos arquivos do Legislativo municipal e, conforme relatos dos servidores do local, não se sabe a quem pertencia o Pelourinho, no entanto, o mesmo foi doado para a Prefeitura de Laguna, conforme documentação indicada na Figura 10.

Figura 10 - Cópia da Lei 628-67 que visa doar um Pelourinho a Prefeitura de Laguna



Prefeitura municipal de São José, em
 23 de novembro de 1967.
 2001 32
 Cândido Amaro Damasceno
 Prefeito municipal
 Lei nº 628, de 23 de novembro de 1967.
 Visa doar um Pe-
 lourinho à Prefeitura
 municipal de Laguna.
 Eu Cândido Amaro Damasceno, Prefei-
 to municipal de São José, faço saber
 a todos os habitantes do município
 que a Câmara votou e eu sanciono a
 seguinte Lei:
 Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado
 a doar o Pelourinho pertencente a esta mu-
 nicipalidade à Prefeitura municipal de
 Laguna.
 Art. 2º. A doação do referido objeto his-
 tórico, prende-se ao fato da solicitação
 feita pelo digníssimo Prefeito daquela
 cidade, para o Museu municipal, onde
 será o mesmo incorporado.
 Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na
 data de sua publicação, revogadas as
 disposições em contrário.
 Prefeitura municipal de São José,
 em 23 de novembro de 1967.
 Cândido Amaro Damasceno
 Prefeito municipal

Fonte: Câmara Municipal de São José/SC.

Perante a lei acima citada, o Pelourinho foi doado para a Prefeitura de Laguna, sendo que o mesmo era propriedade da Prefeitura de São José. O referido ato ocorreu por motivação do Prefeito daquela cidade que necessitava de tal objeto. Mas qual seria a motivação? Infelizmente, não foi encontrada a correspondência de solicitação de ambos edis, mas demonstra-se, pela documentação, o contato e o interesse da cidade de Laguna para esse fim.

Mesmo sendo um local que seria de tortura para o negro escravizado, a comunidade local o considerou como um espaço próprio dela e hoje está em outro município. Entretanto, a Prefeitura de São José, em 2013, tentou novamente contato com a Prefeitura de Laguna solicitando a devolução desse marco judicial. Esse ofício encaminhado à cidade detentora do Pelourinho também possui em anexo um Projeto de Lei para que a Câmara de Vereadores de Laguna fizesse o mesmo processo de devolução. O documento em questão encontra-se nos arquivos do museu.

Figura 11 - Ofício 066/2013 Prefeitura de São José

 <p>Estado de Santa Catarina PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ Gabinete da Prefeita</p>	 <p>Estado de Santa Catarina PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ Gabinete da Prefeita</p>
<p>Ofício n.º 066/2013</p>	<p>São José, 12 de março de 2013.</p>
<p>Excelentíssimo Senhor Everaldo dos Santos Prefeito municipal Laguna-SC</p>	
<p>Senhor Prefeito,</p> <p>Com os nossos cumprimentos, apresentamos a Vossa Excelência assunto da maior importância e significado para o resgate da memória histórica e cultural do Município de São José, para o qual contamos com a sua especial consideração.</p> <p>Nos anos de 1967, o então prefeito da cidade de Laguna, Juaci Ungaretti, encaminhou correspondência ao Chefe do Executivo de São José, solicitando a doação de um "Pelourinho" pertencente ao município, ponderando, à época, que aquele bem histórico, único em Santa Catarina, estaria melhor guardado e exposto no Museu Histórico Anita Garibaldi, visto que o Município de São José, naqueles idos, não contava com um museu, casa de antiguidades, ou mesmo setor específico para tratar de cultura e patrimônio histórico.</p> <p>A partir deste pedido, trâmite rápido possibilitou a aprovação da Lei nº 628, de 23 de novembro de 1967, pela Câmara de Vereadores de São José, autorizando o Poder Executivo a fazer a doação do Pelourinho à cidade de Laguna, o que foi concretizado no mesmo ano.</p> <p>No correr dos 46 anos passados, deste a doação do bem, as questões concernentes à memória e patrimônio passaram a ter gradativa atualidade, atenção, destaque e incentivo por parte de governos e da sociedade em geral. Foram criadas instituições de cultura e museus para guardar, proteger</p>	<p>e expor os bens patrimoniais, artísticos e culturais, pela importância e significação que possuem para a preservação da memória e identidade do povo em que estão inseridos.</p> <p>No campo dos museus, constata-se a revitalização de novas práticas discursivas e de colecionismo, bem como o desenvolvimento de novos estudos. Nunca se colecionou tanto, nunca se arquivou tanto, nunca tantos grupos se inquietaram tanto com memória, patrimônio e museus.</p> <p>Atualmente, está consignado que o patrimônio é um legado da população, e que os bens culturais, móveis e imóveis, de natureza material ou imaterial, devem estar juntos à sociedade a qual eles representam, pois possuem significados indissolúveis para a memória histórica, individual e coletiva.</p> <p>A UNESCO tem recomendado aos países a devolução de bens materiais aos seus locais de origem, para serem reintegrados onde foram produzidos, resgatando a identidade e memória histórica.</p> <p>"Ao deslocar peças, objetos, ou mesmo restos mortais, algo que realmente demonstre representação histórica e social de uma comunidade, povo ou mesmo nação, quem perde este bem fica sem uma parte de sua história. O Pelourinho faz parte dos bens integrados da história dos josefenses."</p> <p>O Município de São José, há muito, possui o seu Museu Histórico Municipal, que abriga o conjunto de bens patrimoniais, obras, objetos e materiais representativos de sua história (folder anexo), pertencente à estrutura da Fundação Municipal de Cultura e Turismo, instituição responsável pela implantação e condução da sua política de Patrimônio Artístico e Cultural. (Cartilha do Patrimônio anexa).</p> <p>Com esta breve argumentação, Senhor Prefeito, que traduz o sentimento da sociedade josefense, permitimo-nos solicitar sua autorização</p>
<p><small>Avenida Assis Souza Filho,403 – Beira Mar – Praia Comprida – São José/SC – CEP:88.103-790 Fone: 51- 48-3381-0000</small></p>	<p><small>Avenida Assis Souza Filho,403 – Beira Mar – Praia Comprida – São José/SC – CEP:88.103-790 Fone: 51- 48-3381-0000</small></p>



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

para o retorno do "Pelourinho de São José" à sua origem, gesto de recíproca cordialidade que marcará seu governo, pela demonstração de sensibilidade cultural e respeito aos direitos de posse e guarda dos bens patrimoniais entre os entes federativos.

Agradecemos, antecipadamente, a atenção que dispensar ao pedido aqui expresso, com a certeza de sua manifestação positiva.

Atenciosamente,

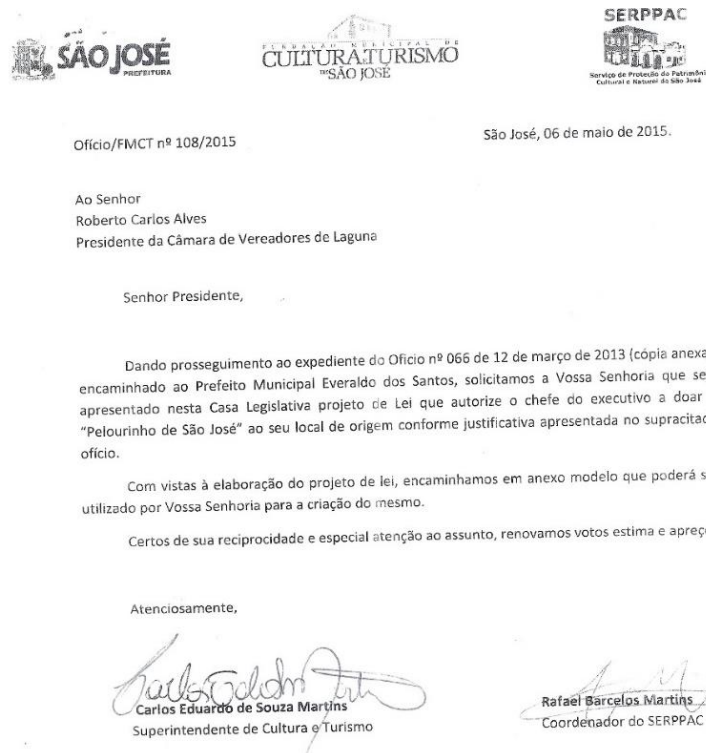
Adeliana Dal Pont
Prefeita Municipal

Elenita Gerlach Koerich
Superintendente da FMCT

Processos de repatriamento de objetos museológicos são sempre discutíveis mediante as formas como ocorreu a coleta desses acervos e suas circunstâncias, tanto históricas quanto culturais. Porém, o esforço da Prefeitura de São José demonstra que, de alguma maneira, o diagnóstico foi válido para essa releitura, não como um patrimônio imaterial, mas como bem integrado, ou seja, permanece a lógica do patrimônio *pedra e cal*.

Em 2015, novamente a Prefeitura de São José volta a esse assunto, contudo, ao invés de entrar em contato com o executivo lagunense, foi feita correspondência para a Câmara de Vereadores de Laguna, demonstrando interesse no repatriamento desse objeto. Depois disso, não ocorreu nenhum movimento por parte da Prefeitura de São José e, tampouco, retorno das esferas públicas lagunenses.

Figura 12 - Ofício /FMCT nº 108/2015 – Superintendência de Cultura e Turismo São José



Fonte: Museu Histórico Municipal Gilberto Gerlach (2022).

Mesmo com essas tentativas demonstradas pelo executivo josefense, pode-se dizer que ocorreram discussões para dar seguimento ao diagnóstico feito. Conforme Luciana Dutra, servidora do museu, em entrevista realizada em 22 de agosto de 2022 (APÊNDICE E), ela reconhece que a instituição deveria realizar mais ações para inserção da memória negra no Museu, e sugeriu a realização de uma campanha de acervos. No *site* da Prefeitura de São José, dentro da Fundação Municipal de Cultura e Turismo, existe uma proposta de doação de acervos da comunidade para esse Museu¹³, contudo, não específico para os negros da cidade.

Uma outra situação observada no *site* da Prefeitura de São José, é a existência de um Conselho referente a temática étnico racial. O município possui o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial¹⁴, contudo, o mesmo encontra-se inativo desde 2016 e a sua página, no *site* da Prefeitura de São José, não é atualizada e o próprio Museu também desconhece a existência do mesmo.

Entretanto, no Conselho Municipal de Políticas Culturais¹⁵ a realidade é outra. A dinâmica de funcionamento é por setoriais, sendo uma delas de Cultura Afro-Brasileira. Observamos que o Museu possui o conhecimento dessa Setorial, mas não tem aproximação com a mesma. Vale frisar que nesse Conselho o Museu possui assento, algo inédito; entretanto, as pessoas que estão nessa representação governamental não estão na instituição.

Outra situação a ser mencionada dentro da estrutura funcional da Prefeitura de São José, nos quadros de servidores, é de que não existe a figura do museólogo, o que poderia justificar essa não continuidade nas políticas de patrimônio museológico local.

O município de São José possuiu em determinados momentos a questão de tentar um diálogo e construir uma representatividade negra no patrimônio local, ao ponto de construir documento demonstrando quais seriam os passos a serem efetivados. De alguma maneira foram efetivadas tentativas, no caso da repatriação do Pelourinho que está na cidade de Laguna, por exemplo. Contudo, os quadros de servidores que trabalham na instituição são muito fluidos, e não apontam de forma estrutural a continuidade nos processos, bem como uma política clara de inserção de

¹³ Disponível em: <https://saojose.sc.gov.br/doacao-de-acervo-ao-museu-historico/> Acesso em: 01 nov. 2022.

¹⁴ Disponível em: <https://saojose.sc.gov.br/conselho-municipal-de-promocao-da-igualdade-racial-compir/> Acesso em: 01 nov. 2022.

¹⁵ Disponível em: <https://saojose.sc.gov.br/conselho-municipal-de-politica-cultural/> Acesso em: 1 nov. 2022.

novas memórias dentro do patrimônio museológico local, o que dificulta tanto na construção como no diálogo com a comunidade negra.

3.3.3 Museu Histórico Municipal Anita Garibaldi - Laguna

O Museu Histórico Anita Garibaldi é uma das unidades da Fundação Lagunense de Cultura e encontra-se instalado em prédio histórico, do século XVIII, intitulado *Edifício de Câmara e Cadeia*, localizado no Centro Histórico da cidade.

Anita Garibaldi foi lagunense e participou ativamente, com seu esposo, Giuseppe Garibaldi, da *Revolução Farrroupilha*, na independência do Uruguai e no processo da unificação da Itália. Conhecida como heroína de dois mundos, é uma figura histórica da cidade. Existe outro museu na cidade, em sua homenagem, a Casa de Anita Garibaldi, próxima ao Museu Histórico, que conta sua trajetória de forma mais detalhada.

O Museu Histórico Anita Garibaldi foi criado pela Lei nº 222 de 15 de outubro de 1956. Dos museus pesquisados, este é que possui mais tempo em atuação. Pela sua idade, ele inspirou outros museus no Estado de Santa Catarina e, até mesmo, municípios doaram peças para compor o seu acervo, dentre eles a cidade de São José. Como já foi explanado anteriormente, não se tem o motivo da doação daquele objeto do Pelourinho que se encontrava de posse daquela prefeitura, possivelmente pelo ineditismo da iniciativa de abertura desse museu no litoral catarinense. Hoje, o museu encontra-se fechado para restauro e reformulação de sua expografia.

Figura 13 - Museu Histórico Anita Garibaldi.



Fonte: Autor (2022).

O Museu também possui plano museológico. O mesmo não possui reconhecimento pela Fundação Lagunense de Cultura devido questões de licitude da contratação da empresa que efetivou o planejamento. Mesmo não sendo um documento válido, é importante nos depararmos com situações existentes no Museu no que tange a dimensão de seu acervo e da discussão de questões étnico raciais nas coleções do Museu.

A instituição possui uma gama de informações do acervo não sistematizada. O Museu está organizando processo de arrolamento, conforme planejamento da instituição, que vem sendo executado mediante a reformulação de seus espaços

expositivos. Em contato com o acervo na visita efetivada, foi reparado o item M251 que estava no arrolamento, nesse caso um crucifixo de madeira que pertenceu à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, edificação essa que não existe mais e o seu patrimônio sacro foi distribuído pelas Igrejas da cidade de Laguna.

Figura 14 - Crucifixo (Objeto M 251)



Fonte: Autor (2022).

Identificamos que esta seria a única peça existente que teria ligação com a comunidade negra da cidade de Laguna devido a mesma estar relacionada com uma Igreja que não existe mais e que estaria conexas ao culto de Nossa Senhora do Rosário, culto católico relacionado a essa comunidade. Essa edificação não existe mais no centro histórico daquele município. Em virtude dessa problemática e o engajamento de

pesquisadores locais, o museu pretende, no seu processo de reabertura para a comunidade, constituir uma sala destinada para os acervos de temática negra, demonstrando sua importância para a formação da sociedade lagunense.

Para isso, foi confeccionado um projeto que tinha o intuito de demonstrar esse patrimônio negro local, até mesmo pela deficiência de acervos que o museu possui e, também, a necessidade de dar conta dessa temática. Conforme o documento, demonstra-se a conexão entre a Política Setorial de Museus de 2010 e o Plano Setorial para as Culturas Afro-Brasileiras, de 2014.

O projeto em questão vai delineando novos usos de objetos existentes no Museu, fazendo releitura dos mesmos e dividindo em temáticas específicas, tais como: Economia e Trabalho, Arte Sacra e Personalidades. A proposta dessa nova apropriação das peças ainda continua demonstrando as diferenças e a necessidade de compor essa inclusão da cultura do negro lagunense.

Para isso, a proposta dessa curadoria fez uma primeira tentativa de mapeamento desses acervos na comunidade negra de Laguna, o que é salutar e, principalmente, inovador para padrões museológicos no Estado de Santa Catarina. O levantamento desse patrimônio levou as seguintes temáticas que o projeto deveria contemplar no núcleo expográfico que o Museu Anita Garibaldi estava abrangendo: Pesca e trabalho marítimo; Marcenaria e cabotagem; Imagem de Nossa Senhora do Rosário; Religiões de Matriz Africana (nesse caso Umbanda); Professora Júlia Chrispina do Nascimento; Banda União dos Artistas, Sociedade Recreativa União Operária de Laguna e Escola de Samba Brinca Quem Pode.

Todas essas temáticas acima conseguem, de alguma maneira, contemplar não somente territórios negros, como também a comunidade afro lagunense, o que corrobora a possibilidade de trazer um museu de história tradicional para temáticas contemporâneas e de inserção. Embora seja uma proposta que ainda não foi executada.

Vale lembrar que a Prefeitura de Laguna não possui, nos seus quadros, museólogo concursado, o que pode dificultar a implantação dessa releitura sobre a negritude de Laguna no Museu Anita Garibaldi.

O projeto expográfico em questão foi confeccionado por Juliana Regazoli, profissional que é atuante na área cultural lagunense, mais especificamente com a comunidade negra local. O referido projeto foi fruto de diversas discussões que se

iniciaram no ano 2017 dentro de apontamentos da Setorial Cultura Afro-Brasileira e que foram evoluindo, no ano seguinte, para formas de preservação da cultura afro-brasileira local. Esses diálogos¹⁶ levaram a Fundação Lagunense de Cultura a ampliar as temáticas de sua exposição que determinaram, através de edital, a abertura de uma sala com essa temática. Ela possui seu delineamento e título *Presença e Memória Negra em Laguna* (REGAZOLI, 2020).

A pesquisadora Juliana Regazoli tentou, no seu projeto, efetivar um levantamento com a comunidade negra local sobre as diversas temáticas. Os assuntos envolvem tanto os seus territórios, manifestações de fé, colaboração desse grupo na cidade, demandas sociais, como também os clubes, bandas e um volume considerável de documentos que estão pulverizadas em Laguna, ora na mão do município, como de particulares. É um trabalho inédito no Estado de Santa Catarina.

[...]apresentou uma palestra intitulada “Presença Negra em Laguna”, na 17ª Semana Nacional de Museus, em 2019, onde demonstrou as políticas públicas nacionais de inclusão da história e memória negra no museu, bem como a implementação de Educação Étnico Raciais conforme a Lei 10.639/03. A partir dessa discussão e das demandas da comunidade negra local, a Fundação Lagunense de Cultura lançou um edital para composição da sala referente a presença negra na cidade de Laguna. (REGAZOLI, 2022.)¹⁷.

Com essa movimentação da comunidade, observa-se que o Conselho de Igualdade Racial¹⁸, que é organizado pela Secretaria de Assistência Social, encontra-se atuante, bem como o Conselho Municipal de Política Cultural¹⁹, que também possui gestão da Fundação Lagunense de Cultura. Vale ressaltar que no *site* da Prefeitura de Laguna, ambos não possuem informações, o que dificulta a difusão dessas práticas para a comunidade lagunense, bem como o conhecimento da sociedade em geral.

Observamos que a Prefeitura de Laguna fez licitação para a confecção de seu Plano Museológico, dentro da proposta da Lei 11.904/09. Como foi colocado anteriormente, nesse certame licitatório ocorreram erros, o que levou o documento em questão a não ser utilizado pela Fundação Lagunense de Cultura. Ainda que demonstre

¹⁶ Disponível em: <https://www.laguna.sc.gov.br/noticias/ver/2019/05/memoria-da-comunidade-negra-tera-espaco-no-museu-historico-anita-garibaldi>. Acesso em: 11 nov. 2022.

¹⁷ Apêndice F

¹⁸ Disponível em: <https://www.laguna.sc.gov.br/contatos/index/detalhes-contato/codMapaltem/112673/codContato/4802>. Acesso em: 11 nov. 2022.

¹⁹ Disponível em: <https://www.laguna.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/122946>. Acesso em: 11 nov. 2022.

a disposição das instituições de cultura de Laguna em se regularizar mesmo não tendo o profissional museólogo nos seus quadros.

O movimento negro local foi fundamental, através da sua militância, para conseguir um espaço dentro do museu, demonstrando a possibilidade de como inserir a comunidade dentro de uma instituição museológica ao se utilizar de instrumentos de fomento e tendo a PNM como norteadora, bem como o Plano Setorial de Museus. Nesse sentido, demonstra um avanço da instituição pública em reconhecer essa parcela da sociedade.

Todavia, o Museu Histórico Anita Garibaldi, até o momento dessa pesquisa, continua com suas portas encerradas para restauro e atualização de sua expografia. Nas conversas que ocorreram na cidade não há previsão de reabertura, ou seja, pode colocar em risco de se perder o espaço de negritude conquistado devido essa situação que o museu está.

3.3.4 Museu Histórico Municipal Prefeito José Schmidt – São Francisco do Sul

O Museu Histórico Municipal Prefeito José Schmidt, da cidade de São Francisco do Sul, é um equipamento cultural da Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul, localizado no Centro Histórico da cidade. Encontra-se instalado em prédio histórico que abrigou Câmara de Vereadores e Cadeia Pública.

Figura 15 - Museu Histórico Municipal Prefeito José Schmidt



Fonte: Autor (2022).

O prédio onde o Museu foi instalado, no ano de 1985 pelo então prefeito José Schmidt, mantém seu nome até o presente momento. Através do Decreto 171/85, a instituição não possui Plano Museológico conforme legislação que determina esse planejamento estratégico do museu, porém, possui Política de Acervos, não publicada em Diário Oficial, o que demonstra ser um documento de uso interno sem o conhecimento da sociedade local.

Outra situação averiguada é a questão de um sistema de documentação do acervo. Ele encontra-se em processo de organização, o que dificultou o contato com peças referentes à temática desta pesquisa. Entretanto, a cidade de São Francisco do Sul possui publicações que demonstram a existência de acervos presentes em outras

instituições, como por exemplo, o Museu do Sambaqui de Joinville, onde existem peças coletadas em pesquisas arqueológicas executadas por aquela instituição.

A autora Fernanda Mara Borba (2014) possui trabalho publicado no Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville e ela demonstra a existência desse tipo de acervo só que pelo viés da Arqueologia, embora não se encontre no Museu de São Francisco do Sul.

Uma das explicações desses objetos, fruto de pesquisa arqueológica não estarem no Museu, seria pela sua *não adesão* como espaços de guarda de acervo arqueológico pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN) que são encaminhados via modalidade endosso institucional²⁰. Na região onde se encontra a instituição, esta totalidade de acervos vão para a cidade de Joinville. A pesquisa de Fernanda Mara Borba não determina a localização dos acervos, frutos de pesquisa arqueológica referente a escravizados em São Francisco do Sul. Não foi localizado nenhum fragmento dessa pesquisa no museu local.

Em contato com a produção bibliográfica de São Francisco do Sul, foi analisada a publicação da pesquisadora local, Andréa de Oliveira²¹. Ela possui diversos trabalhos nas áreas de cultura na cidade. Em contato com a pesquisadora, soubemos que a publicação teve como princípio demonstrar a colaboração negra no município trazendo temas pertinentes que o Museu poderia explorar, como religiosidade, trabalho e encontros sociais. Andréa de Oliveira também descreveu a insuficiência de acervos no Museu que dessem conta da temática negra no município, mencionando uma placa que serviria de marco para erigir uma Igreja referente à Nossa Senhora do Rosário. Entretanto, essa Igreja nunca foi construída, “[...]acredita que a comunidade negra francisquense poderia ser representada no museu através de suas manifestações de fé, a colaboração do negro na sociedade, suas lutas e territórios” (OLIVEIRA, 2022,)²².

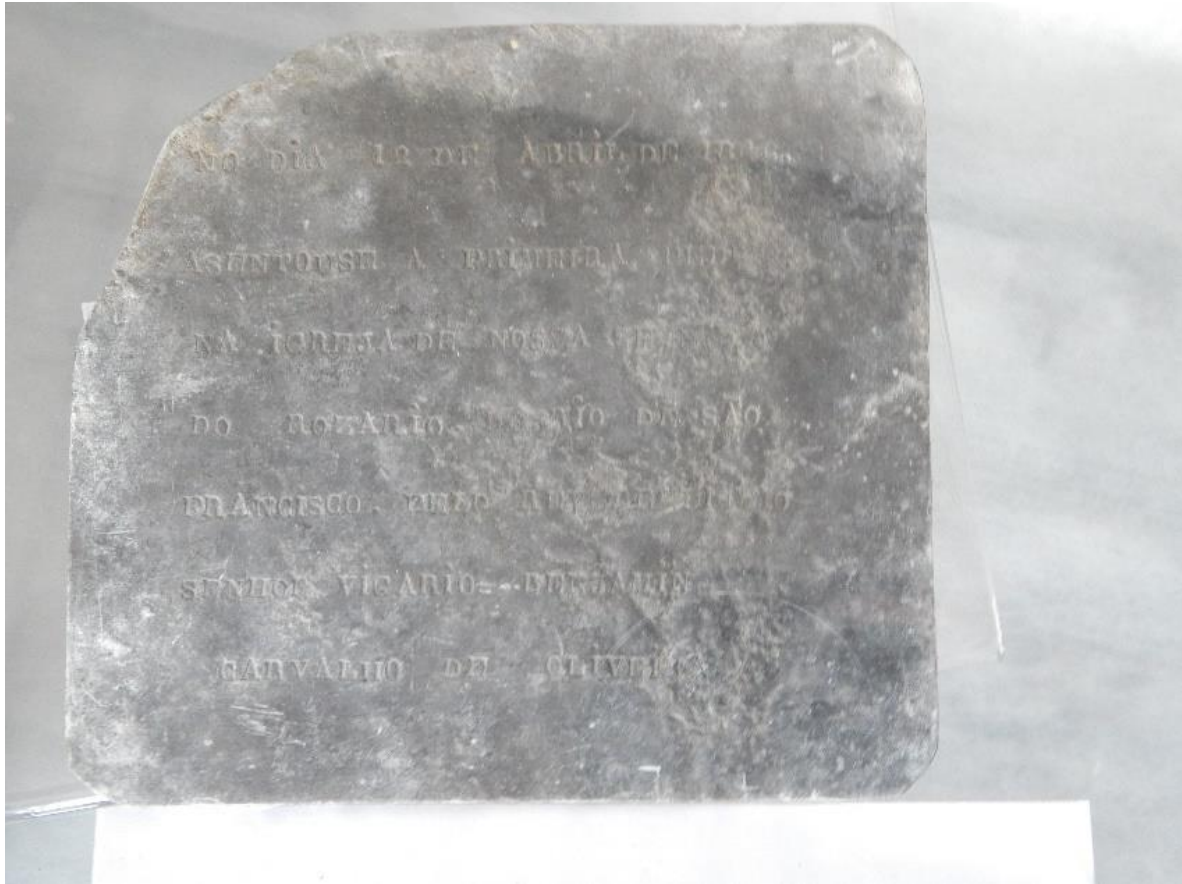
Conforme visita ao Museu, foi localizada a referida peça em exposição, embora a placa mencionada no parágrafo anterior não se encontre catalogada e os funcionários não tinham a mesma relacionada como possível referência à comunidade negra local.

²⁰ Instrução Normativa 001/2015 estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional nos licenciamentos ambientais que participe. http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf. Acesso em: 01 dez. 2022.

²¹ OLIVEIRA, A. **Presença e Memória Negra em São Francisco do Sul**. 1. ed. Blumenau: Nova Letra, 2013. 80p.

²² Apêndice G.

Figura 16 - Placa da Pedra Inaugural da Igreja de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Autor (2022).

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário nunca foi erguida, ficando somente na sua pedra inaugural, localizada por ocasião das obras de colocação de cabos de telefonia e entregue ao Museu. Conforme pesquisa no Museu, a edificação ficaria dentro de um território de presença de negros em São Francisco do Sul, o que demonstra sua importância como registro histórico desse processo. Mas não se tem o devido reconhecimento pela própria instituição, que desconhecia a presença dessa peça e seu significado relacionado à população negra.

São Francisco do Sul, na estrutura municipal, não possui um conselho específico para tratar de questões étnico raciais. Há, no Conselho Municipal de Cultura²³, um assento nas representações não governamentais para a cadeira Segmento Etnias, na

²³ Disponível em: <https://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/conselho-municipal-da-cultura>. Acesso em: 14 nov.2022.

qual o Movimento Afro-descendente Francisquense ocupa, inexistindo uma aproximação entre a instituição e a comunidade negra local.

O Museu Histórico Municipal Prefeito José Schmidt é uma das instituições que possui uma baixa quantidade de informações sobre a sua relevância junto à comunidade local. As exposições de longa duração dessa instituição retratam a cidade de São Francisco do Sul sem reparar a presença de negros na sua urbe.

O fato de que através das pesquisas arqueológicas realizadas no município demonstrarem a existência de negros, mesmo que na qualificação de escravizados, colabora para a importância dessa comunidade na formação econômica e social dela.

Ainda que o Museu venha se esmerando pela melhoria de seus serviços museológicos, o contato com a comunidade que o cerca ainda tem um caminho a ser trilhado, principalmente, aquela oriunda de sua origem negra. Publicações não faltam e pesquisas de forma paralela foram feitas. Não foi percebida a participação do museu nesses estudos, demonstrando o que foi detectado anteriormente: a não observação que a sociedade faz desse museu e a própria percepção da instituição partícipe da preservação da memória social e, nesse caso, negra.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições museológicas, que foram foco dessa pesquisa - Museu Histórico Prefeito José Schmidt, em São Francisco do Sul; Museu Histórico de Itajaí, em Itajaí; Museu Histórico Municipal Gilberto Gerlach, em São José; Museu Histórico Anita Garibaldi, em Laguna – demonstraram, dentro de um mesmo espaço geográfico, a diversidade cultural que os museus transmitem. Todos os espaços visitados possuem particularidades e, principalmente, contradições dos seus discursos de preservação e do envolvimento da comunidade com estes espaços de memória.

Os acervos localizados se dividem em esferas que perpassam os anos que vão da década de 1960 até o Século XXI, demonstrando temáticas que abarcam escravizados e religiosidade, porém, com algum envolvimento da comunidade, como os casos de Itajaí e Laguna. As pesquisas com os acervos de origem negra ainda carecem de análise pela parcela da sociedade que os criou.

No processo de qualificação para essa dissertação, a proposta seria de quatro capítulos, contudo, foi optado em diluí-lo mediante o que foi demonstrado nas visitas técnicas. Nesse sentido, acredito que será melhor até mesmo para não ocorrer mais um recorte de estudo diante do que foi averiguado e coletado nos museus analisados.

A partir das questões de pesquisa propostas, sobre se a Política Nacional de Museus, influenciou estas instituições, anteriormente relacionadas, no que tange à formação de novas memórias, nesse caso, da comunidade negra local, com a devida temporalidade que, para fins desta análise, inicia-se em 1988 -, ano de lançamento da atual Constituição Federal, até 2016, ano de encerramento de gestões municipais. Esta indicação do recorte temporal se deu em analisar o diálogo (ou não) dos referidos museus com essas comunidades dentro de seus territórios construídos.

Nesse contexto, a pesquisa apresentou como problema as seguintes questões: a Política Nacional de Museus conseguiu cumprir sua função social de influenciar a formação de acervos negros em museus municipais nas cidades de Itajaí, Laguna, São Francisco do Sul e São José, localizadas no litoral catarinense? A temporalidade (de 1988 a 2016) foi suficiente para estas instituições dialogarem com a sociedade local, visando preencher a lacuna temática nesses territórios nos quais se observa o histórico de pessoas escravizadas?

Objetivamos, com esta pesquisa, analisar a legislação vigente para patrimônio museológico, partindo do lançamento da Política Nacional de Museus, no ano de 2003, e legislações que surgiram pós essa carta que seria o Estatuto de Museus (Lei 11.904/09 e Decreto 8.124/13) e o Plano Nacional Setorial de Museus (2010) com o intuito de compreender se estas instituições fizeram uso dessa legislação para criar, acrescentar ou ampliar seus acervos relativo à temática da negritude.

A questão de fazer comparativos entre os acervos existentes e, também, notar a existência de analogias e similaridades de formação dessas coleções (em seus contextos sociais e institucionais) firmaram-se para a análise de como essas peças foram adquiridas dentro dos acervos existentes nos museus elencados e como se relacionavam com a história local. Nesse sentido, observou-se uma diversidade de acervos que confirmam o quanto se precisa da comunidade negra ainda a ser pesquisada e, principalmente, contemplada em suas memórias nas instituições museológicas pesquisadas.

No que tange aos documentos de localização dos referidos acervos que foram vistos nas instituições, tais como arrolamentos, fichas de catalogação e inventários, as cidades de Itajaí e Laguna possuem registros de acervos nessas formatação; São Francisco do Sul possui objetos, porém, sem registro; em São José identificamos apenas uma transferência, que ocorreu com a doação do que restou de um Pelourinho pela Prefeitura daquela cidade para cidade de Laguna, onde foi colocado como acervo institucional do Museu Histórico Anita Garibaldi numa ação que foi anterior à criação do museu local.

No tocante aos sistemas de registros, cada museu possui um em específico, não existindo padrões na sua forma e método, o que demonstra uma necessidade de unificação desse tipo de instrumento de consulta. Vale ressaltar que o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina fez diversas oficinas corroborando a importância da documentação museológica e a necessidade de criar critérios mínimos para registro de acervos. Contudo, não se tem visto o uso de informações de forma padronizada nas instituições. Os documentos que também foram consultados variam de termos de doação, termos de empréstimos e de comodatos, além de arrolamentos, inventários e fichas catalográficas.

As visitas nessas instituições foram balizadas por envios de questionários (APÊNDICE A) anteriormente, para melhor entender aqueles museus. Dentro desse

documento, os museus indicariam pessoas da comunidade negra para que também fosse enviado outro questionário voltado para estes representantes da comunidade no intuito de entender qual o envolvimento entre museu e comunidade.

Das instituições que responderam ao questionário de forma plena, citamos os museus de Itajaí e São José, sendo que a primeira cidade indicou um pesquisador negro (o único negro indicado das cidades pesquisadas); já São José, por não ter envolvimento com a comunidade, não fez indicação.

As cidades de Laguna e São Francisco do Sul não responderam ao questionário inicial. Foi somente na visita à Laguna que o gestor local apresentou a pesquisadora, militante do movimento negro local e responsável pelo projeto para inserção na nova expografia do Museu Anita Garibaldi, onde ela respondeu ao questionário no momento que era feita a pesquisa. Em sequência, São Francisco do Sul, além de não indicar, também não deu a devida resposta ao questionário. A pesquisadora local de São Francisco do Sul foi escolhida pelo levantamento em visita preliminar (quando da qualificação do projeto desta pesquisa) devido a obra sobre a formação do negro naquela cidade, onde o museu não absorveu sua pesquisa. Vale lembrar que em Laguna e São Francisco do Sul as pesquisadoras eram mulheres, brancas e possuíam escolaridade em nível superior.

Outra dificuldade encontrada em todas as instituições é a sua não mensuração como espaço de pesquisa, o que dificultou a visita e a pesquisa *in loco*. O Museu Histórico de Itajaí disponibilizou seu acervo para consulta, porém, o espaço para essa finalidade não existe na instituição. Em São José, todas as informações que a instituição possuía foram disponibilizadas, contudo, por não ter o hábito do atendimento à pesquisa e não possuir museólogo, os servidores daquele museu buscaram as informações através de outros servidores que tinham trabalhado naquele espaço para auxiliá-los. Nas cidades de São Francisco do Sul e Laguna, o fato de não darem a devolutiva do questionário foi um indicativo de que as instituições museológicas daquelas cidades não possuem demanda ou simplesmente não entenderam a proposta, contudo, na visita aos espaços não foi negado o acesso ou, pelo menos, foram solidários naquele momento.

Além dessas situações estruturantes nas cidades e nas suas respectivas instituições, com exceção de Itajaí, nos outros correlatos municipais notou-se a sua não observância como espaços de pesquisa. Como foram enviados questionários

preliminares para entender essas instituições, São Francisco do Sul e Laguna não deram a devolutiva, somente na visita *in loco* que os gestores entenderam a importância da pesquisa. São José foi participante no processo, contudo, foram os documentos que existiam na instituição e a visita preliminar feita anteriormente que foi determinante para a ida oficial e presencial ao Museu devido o mesmo possuir poucas informações nos canais públicos e trabalhos publicados sobre o seu acervo ou atividades referentes à temática.

Vale ressaltar que todas as instituições, no momento que ocorreram as pesquisas nos seus espaços, não se negaram a prestar o que sabiam ou do que detinham enquanto conhecimento.

É fato: os museus não são vistos como espaços de pesquisa, principalmente de temáticas que não são da rotina ou no que tange a sua proposta institucional além das exposições para a sociedade. Isso é preocupante, porque tais atividades em instituições museológicas fazem parte do tripé teórico dos museus contemporâneos: preservação, pesquisa e comunicação. Ou seja, demonstra uma falta de interesse (ou até mesmo recurso humano para isso). Mesmo que cidades como Itajaí e São Francisco do Sul possuam museólogo nos museus, onde uma das interfaces desse profissional seria a pesquisa e a fruição dos acervos dessas instituições, ainda é baixo (ou nulo) a quantificação de informações e trabalhos nas mesmas.

Isso fica claro com o contato com os pesquisadores locais, indicados pelas próprias instituições ou no levantamento de fontes nas cidades pesquisadas. Tanto é tangente essa situação que no que se observou na contextualização histórica do negro nesses locais, como a sua importância social, há falta de conexão entre pesquisas com o que existe nas instituições. Itajaí e Laguna foram as cidades que tiveram publicações ou trabalhos diretamente construídos também pela negritude que, de alguma maneira, influenciou a instituição. Porém, de forma pontual e sem perspectivas de continuidade. Em São Francisco do Sul, as informações existentes sobre os negros não são utilizadas pelo Museu e tampouco a comunidade negra está representada na instituição de forma que se tenha a participação dela ou com o mínimo de conhecimento de sua representatividade dentro daquele espaço. Já a cidade de São José não indicou nenhum pesquisador.

Isso também reflete a baixa presença de negros nos museus também por uma questão da formação do movimento negro e da participação social da negritude nesses

locais, ou seja, a não observância dos museus como territórios a serem ocupados. A principal desconstrução dessas instituições de memória parte também da observância de que museus também podem se tornar territórios negros, embora a Política Nacional de Museus não demonstre uma metodologia como isso possa ocorrer. Ao contrário da inserção da obrigatoriedade do Ensino e Cultura Afro-Brasileira, que foi uma construção do movimento negro, os museus passam ao largo desse grupo mediante a própria história de formação dos museus no Brasil que se construíram como espaço das elites letradas.

Sobre os documentos de gestão, nesse caso os planos museológicos, as cidades possuem em sua trajetória histórica a presença negra escravizada. Dos quatro museus visitados, três possuem Plano Museológico (Itajaí, São José e Laguna). O Museu de Itajaí aprovou, em 2022, o seu planejamento. Em São José o documento foi produzido no ano de 2010, logo após a implantação da indicação da necessidade desse documento pela Lei 11.904/09, contudo, ele não foi atualizado. Em Laguna, o Museu possui o plano museológico; ele será revisto devido a adequações necessárias à realidade da cidade. Das cidades pesquisadas, nos seus programas de acervos, somente São José menciona de forma muito sutil a temática do negro no prédio onde está localizado o Museu, sem demonstrar por quais meios seriam feitos.

Essas instituições, mesmo que dentro de suas realidades, também não demonstram discursos decoloniais na formação de seus acervos, discutindo a presença do negro no museu e não somente como uma colaboração, mas uma ação de forma a repensar essa parcela da população dentro da sociedade.

Em Itajaí existe a intervenção do município na confecção do busto do escravizado Simeão, onde o prêmio também intitulado de *Simeão* traz como finalidade em prestigiar personalidades que contribuíram para a valorização do negro itajaiense. As atividades dessa premiação não refletiram internamente no Museu para a ampliação do leque de memória local sobre esse grupo social. Mesmo que atualmente ocorram propostas do museu em envolver a negritude local, observamos que não estão nos seus planejamentos de longo prazo, especialmente, no Plano Museológico, esse intento.

Em Laguna, mesmo que ainda esteja em processo de uma possível exposição de longa duração sobre o negro local, a proposta de interagir com essa comunidade é salutar mediante a necessidade do Museu de decolonizar seu discurso centrado na

figura histórica de Anita Garibaldi. Porém, não possui um profissional museólogo na instituição, bem como a continuidade dessa proposta no Plano Museológico existente.

Mesmo que na Política Nacional de Museus exista a intenção de ampliação do leque de memórias que formem a identidade nacional, ela não coloca mecanismos claros de como o proceder. As propostas efetivadas em Itajaí e Laguna surgiram na junção de discussões oriundas da Política de Educação para Relações Étnico Raciais e dos movimentos negros locais. Na cidade de Itajaí, a existência de Conselho Municipal diretamente organizado para a temática étnica e racial (bem como a setorial gestada pela Fundação Cultural daquela cidade) reforçam o esforço da negritude local em buscar espaços na sociedade itajaiense.

Em Laguna, a discussão surgiu nas políticas de cultura referentes à comunidade negra e aos movimentos negros locais. Mas a cidade não possui conselho específico para esse grupo. Na cidade de São José existe o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, estando inativo e, em São Francisco do Sul, existe somente uma setorial no Conselho de Cultura local.

O que essa pesquisa deparou, tanto nos marcos regulatórios como na Política Nacional de Museus, no Estatuto de Museus e no Plano Nacional Setorial de Museus é de que não conseguiram o intento, de forma plena e clara, da inserção de novas memórias, especificamente as negras, pelo fato da metodologia para essa atividade inexistir nos documentos institucionais.

Isso fica claro na cidade de Itajaí, mesmo que a Fundação Genésio Miranda Lins tenha executado atividades que tenham como objetivo inserir o negro nas suas coleções e na própria formação de seu histórico institucional. Não foi fruto dessa política de estado na área cultural e, sim, advindo dos exemplos oriundos da educação. A falta de diálogo entre essas políticas (cultura e educação) também se demonstra no Plano Museológico, recentemente publicado por esse museu, que não apresenta estratégias de como construir essas coleções, mesmo existindo contato com a negritude local numa perspectiva de educação e, não, de patrimônio cultural.

Mesmo que Laguna possua a intenção de abrir um espaço na sua expografia para essa temática e compreender um diálogo entre a negritude local e pesquisadores, o museu desta cidade não possui um quadro de servidores que possam dar sustentabilidade a essa proposta.

Em São José, o instrumento de gestão demonstra a intenção de diálogo, mas assim como em Laguna, não alcançaram essas intenções mediante as dificuldades existentes no que tange aos quadros do serviço público, uma vez que a prefeitura municipal não possui o cargo de museólogo na estrutura de servidores públicos daquele executivo.

E, não menos importante, São Francisco do Sul, ainda que possua museólogo nos seus quadros, não registra nenhum contato com a comunidade negra, demonstrando a falta de metodologia das políticas públicas nacionais com os entes federativos em nível municipal.

Portanto, as visitas aos *locus* de pesquisa demonstraram situações teóricas claras que essa análise aborda, que são os conceitos de decolonialidade e de representação em duas instituições e o conceito de necropolítica nas demais instituições.

Sobre o conceito de decolonial, partimos do entendimento das práticas de uma museologia dita tradicional para aquelas que tem como foco trazer a comunidade para o cerne da discussão (BRULON, 2020) e, como essa instituição pública (no caso museu) dentro de seu mundo organizado e centrado em valores ocidentais se porta na inserção de novas memórias nos acervos preservados.

Mesmo que a identidade não seja algo estável, sofre mudanças conforme os determinados momentos históricos. Dentro de uma coletividade nacional não existe uma proposta que una todas essas culturas ou, nesse caso, uma unidade imutável (os museus modernos, onde a grande maioria dos museus municipais estão). Parafraseando Stuart Hall (2002), não dão conta não somente do pertencimento nem de uma historização radical dos seus atores, ficando grandes parcelas da sociedade fora de seu processo identitário.

No que tange representatividade, Roger Chartier (1991) nos ajuda a pensar como poderia ser essa forma de inserir o negro através de seu olhar e qual esfera da hierarquização ele deveria estar localizado ou visto. As lutas dessa representação – onde exige ordenamento e demonstração de uma hierarquização da sociedade – as histórias (cultural e social) se desprendem das questões econômicas, mas não deixam de, novamente dessa história social, retornar devido não somente pelas estratégias construídas de forma simbólica, mas pelas relações onde cada classe se fixa dentro de sua identidade.

E, na questão de uma necropolítica, que de alguma maneira os museus poderiam estar efetivando, concordamos com Achilles Mbembe compreendido como uma forma de poder que leva à preponderância de determinados grupos da sociedade em detrimento de outros, ao mesmo tempo em que dificulta, por meio de regras, a sobrevivência de determinados estratos sociais (MBEMBE, 2018). Nesse sentido, segundo o autor, observando o que os museus pesquisados trouxeram nos seus discursos foi de que a figura negra diminuída à questão escrava determina a perda do espaço, o direito de ser visto e não menos importante de se tornar representado. Isso desconstrói sua territorialidade, aliena e, por consequência, deixa de existir na sociedade.

Na questão decolonialidade, os museus das cidades de Itajaí e Laguna vêm construindo discursos teóricos em trazer uma proposta, como foi o caso do Museu Histórico de Itajaí com a confecção do busto de Simeão e seus desdobramentos que foi o prêmio de valorização da negritude local. Mesmo que as associações de confecção do busto e da premiação em si não tragam a relação da instituição com a comunidade, isso é algo para ser explorado e aperfeiçoado. Já em Laguna, a possibilidade de construção do projeto expográfico daquele museu com a representação do negro local com a participação daquela comunidade já é um processo decolonial, desmitificando a figura de Anita Garibaldi e trazendo outras colaborações na formação do território lagunense.

No que tange o conceito de representação, tanto Laguna quanto Itajaí demonstraram se aproximarem desse conceito no que se refere a trazer a comunidade negra para discutir *qual* seria sua melhor forma de estar inserido no museu; cada instituição com suas características, contudo, trazendo propostas de inserção tanto nas suas coleções como atividades educativas e culturais.

A exclusão ou a não consideração faz parte do Estado Brasileiro no que tange a necropolítica. São José e São Francisco do Sul demonstraram situações claras de apagamento desse negro. No caso de São José, além das estruturas de governança que são os conselhos, o específico da comunidade negra encontra-se sem atuação. Mesmo que São José tenha feito esforços para fazer uma representatividade negra no seu patrimônio, esbarrou na qualificação e continuidade desse intento, tanto no que concerne ao repatriamento do Pelourinho que foi doado para a Prefeitura de Laguna

como o reconhecimento de territórios negros elencados pela assessoria contratada para fazer a localização dos mesmos.

No caso de São Francisco do Sul, a necropolítica se baseia no fato de a instituição não conhecer os seus acervos e os territórios negros existentes na cidade como forma de trazer essa comunidade para dentro do museu.

Nesse sentido, a Política Nacional de Museus, como carta de intenções, foi muito salutar nos temas abordados como forma de inclusão e expansão das temáticas que os museus, anteriormente e por questões da construção histórica e social desses espaços, não conseguiram. Entretanto, ela não deu os caminhos e os instrumentos de gestão necessários para inclusão de novas memórias.

É necessário que os museus históricos de gestão municipal devam se espelhar como método de outras políticas públicas das diversas áreas existentes (como por exemplo saúde e educação) que já possuem *expertise* dessa capilaridade e, principalmente, que o movimento negro também veja os museus como um espaço a ser ocupado.

A nitidez dos fatos de que entre os anos de 1988 a 2016, ou seja, 28 anos, não foi somente pouco tempo, mas neste interim, não ocorreu uma continuidade das políticas públicas necessárias para uma desconstrução do discurso referente ao negro que traga a figura do escravizado e de uma religiosidade sincrética dentro de instituições museológicas, aliado a uma falta de metodologia de como reverter esse discurso colonizado.

Portanto, o caminho a ser trilhado perpassa em como o movimento negro irá se mostrar à necessidade de estar inserido nos museus públicos, aliado à negritude local para construir o discurso de ocupação desses espaços. Os entes públicos devem sistematizar a discussão de uma política pública de inserção de novas memórias alicerçadas pela comunidade e não somente pelo discurso formador da história local e, não menos importante, a forma como essa população quer ser representada, preservada e ouvida pela sua cidade, além do território e espaço geográfico onde estão inseridos devem ser contemplados.

Nesse ponto, as instituições de patrimônio cultural deverão repensar seu papel social perante essa comunidade e trazê-la para discutir e descortinar o ponto de vista do *outro* perante seu papel como instituições de memória.

Com a nova perspectiva política que está se construindo no país a partir das eleições de 2022, é salutar o retorno das discussões referente a uma Política Nacional de Cultura, bem como a atualização da Política Nacional de Museus, onde ela deva ter uma releitura e atualização perante as novas (mas também antigas) demandas das instituições museológicas e da sociedade que os cerca.

Essa pesquisa não se encerra nessa dissertação. Tenho a pretensão de continuá-la e aperfeiçoá-la no intuito de auxiliar na discussão de inserção de novas memórias em museus e trazer à tona essa temática para as comunidades negras em questão.

Acredito que a pesquisa realizada deverá ser aprimorada em outros trabalhos e, principalmente, demonstrar que essa temática deva ser pensada e repensada nas políticas públicas nacionais. A diminuição desse abismo histórico entre a formação das histórias locais e os grupos sociais excluídos nos processos de preservação de sua memória e acesso à mesma devem ser revertidos e repensados pelo poder público e a sociedade que usufrui desse serviço.

REFERENCIAS

- ANDRADE, Francisco. De símbolos de opressão a padrões de liberdade: a preservação de pelourinhos coloniais e o apagamento da memória da escravidão (sécs XVI-XX). **Revista História**, São Paulo, n. 181, p. 01-37, 2022.
- BAZIN, Germain. **El tiempo de los museus**. Barcelona: Dalmon, 1969.
- BIACHINI, Maria Helena S.; FERREZ, Helena Dodd. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro: Fundação Pró Memória, 1987.
- BOHAN, Hugues de Varine. **Os museus no mundo**. Rio de Janeiro: SALVAT, 1979.
- BORBA, Fernanda Mara. **Arqueologia da escravidão numa vila litorânea: vestígios negros em São Francisco do Sul**. Joinville: UNIVILLE, 2014.
- BRASIL. Lei 7287 de 18 de dezembro de 1984, dispõe sobre a regulamentação da profissão Museólogo. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 15, n. 15, p. 305-308, 1999.
- BRASIL. **Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Brasília: Ministério da Cultura, 2001.
- BRASIL. **Política Nacional de Museus**. Brasília: Ministério da Cultura, 2003.
- BRASIL. **Lei n. 11.904 de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 23 jan. 2022.
- BRASIL. **Plano Setorial de Museus 2010-2020**. Brasília: Ministério da Cultura, 2010.
- BRASIL. **Museus em Números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.
- BRASIL. **Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm. Acesso em: 23 jan. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Edições Câmara, 2015.
- BREFE, Ana Cláudia F. Os primórdios do Museu: da elaboração conceitual à instituição pública. **Projeto História**, São Paulo, n.17, p.281-315, nov.1998.
- BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 28, p. 1-30, 2020.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e mudanças. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo**, São Paulo, n. 6, p. 293-316, 1996.

CAMÕES, Luis. **Os Lusíadas**. São Paulo: Martin Claret. 2004.

CARDOSO, Lourenço. **O Branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre branquitude no Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - UNESP, Araraquara, 2014.

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu**: a ótica museológica de Mario de Andrade. Chapecó: Argos, 2015.

CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, p. 173-191, 1991.

CHAUÍ, Marilena. Apresentação: os trabalhos da memória. *In*: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

COLOMBO, Cristóvão. **Diários da Descoberta da América**. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda. 1984.

COSTA, Moacir (org). **Políticas de inclusão**: leis municipais de Itajaí para inclusão étnico/racial na educação. Itajaí: Maria do Cais, 2007.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. Florianópolis: FCC, 2014.

FOURQUIN, Guy. **Senhorio e Feudalidade na Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 1987.

HALL, Gwendolyn Midlo. **Escavidão e Etnias Africanas nas Américas: Restaurando Elos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Schwarcz S. A., 1995.

INIKORI, Joseph E. **Africans and the Industrial Revolution in England**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estudos Sociodemográficos e Análises Espaciais referentes aos municípios com a existência de comunidades remanescentes de quilombos**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007.

ITAJAÍ. **Jornal do Município**. Itajaí: Prefeitura de Itajaí, 2016.

- JACINTO, Elizete Maria. **Anuário de Itajaí 2014**. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2014.
- MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: O Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)**. São Paulo: Itaú Cultural, 2012.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; MINAYO-GÓMEZ, Carlos. **O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.
- MUNANGA, Kabelenge. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documento de uma militância pan-africanista**. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- OLIVEIRA, Andréa. **Presença e Memória Negra em São Francisco do Sul**. 1. ed. Blumenau: Nova Letra, 2013.
- PIAZZA, Walter; HUBERNER, Laura. **Santa Catarina: história da gente**. Florianópolis: Lunardelli, 2001.
- REGAZOLI, Juliana. **Pesquisador para projeto expográfico sobre a contribuição Afro-brasileira na cidade de Laguna: Relatório referente ao contrato nº 019/2019 – FLC**. Laguna: Fundação Lagunense de Cultura, 2020.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EdUFBA, 2007.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 183-203, 2008.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A Escrita do Passado em Museus Históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- SILVA, José Bento Rosa. **Braços negros na foz do Itajaí/SC: Ensaio Histórico 1871-1950**. Itajaí: Traços & Capturas, 2021.
- SPRÍCIGO, Antônio Cesar. **Sujeitos Esquecidos, Sujeitos Lembrados: entre fatos e números, a escravidão registrada na Freguesia do Araranguá no Século XIX**. Caxias do Sul: Murialdo, 2007.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MUSEUS E COMUNIDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO

Esta entrevista está sendo realizada para compor pesquisa para dissertação de mestrado a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio intitulada “Formação de acervos negros em museus do litoral de Santa Catarina: Diálogos com a Política Nacional de Museus (1988-2016) de autoria de Marco Antonio Figueiredo Ballester Junior sob orientação da Profa Márcia Regina Bertotto.

IDENTIFICAÇÃO

1- Qual é seu nome?

2- Sexo: () masculino () feminino () não quer responder

3- Faixas etárias:

() 20 a 30 anos () 31 a 40 anos () 41 a 50 anos () mais de 51 anos

4- Você se identifica como:

() Branco () Negro () Pardo () Amarelo () Indígena

5- Qual é a sua formação e cargo no museu?

6- Você é servidor concursado, terceirizado, temporário ou em comissão?

7- Qual sua cidade de moradia?

ACERVO

8- O museu possui ato constitutivo de criação? Poderia citar o mesmo?

9- A instituição possui plano museológico conforme a lei 11904/09? Quando o mesmo foi constituído? Qual a sua validade?

10- Conforme a lei 11904/09 no seu artigo 38, parágrafo único, é obrigação dos museus possuir política de acervos e a mesma deve ser atualizada periodicamente e, se possível, publicada em Diário Oficial, essa instituição possui tal documento?

11- O Museu Histórico de Itajaí possui acervos que remetem a diversas temáticas da sociedade itajaiense, você acredita que a comunidade negra está inserida nessa instituição? Quais seriam as estratégias para poder aumentar essa participação na sua opinião?

COMUNIDADE

12- Qual o sistema de registros de acervos do museu (arrolamento, ficha catalográfica ou inventário)? Os mesmos encontram-se atualizados?

13- Qual a participação da comunidade negra nas atividades do museu? Existe aproximação entre o Museu e alguma instituição que faça atividades com comunidade negra?

14- Dos grupos que representam a comunidade negra existentes na cidade qual o mais expressivo para instituição? Por que dessa escolha?

15- Na possibilidade de estudos sobre a comunidade negra local, seria permitido o acesso aos documentos constitutivos dos acervos para pesquisa referente a formação de acervos negros? Qual sua opinião sobre essa temática?

APÊNDICE B – ATA DE ENTREVISTA COM TAYNÁ MARIANE MONTEIRO DE CASTRO

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, estive presente no Museu Histórico de Itajaí (MHI) para pesquisa de campo de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGMUSPA), onde fui atendido pela museóloga Tayná Mariane Monteiro de Castro (COREM 5R 0139-1), a mesma profissional me disponibilizou documentos institucionais tais como cópias de fichas catalográficas, atos da Fundação Genésio Miranda Lins (FGML) como a Política de Acervos, criação do museu, bem como cópias de termos de doação e empréstimos dos objetos que estão preservados naquele espaço. Tayná explicou que o museu possui Plano Museológico, em conformidade com a Lei 11.904/09. Sobre a existência de acervos referentes a comunidade negra a museóloga o museu possui em exposição e em reserva técnica, das quais citou o busto do escravizado Simeão, as coroas da Festa do Rosário, anéis de candomblé e uma pamba, contudo Tayná declara que o quantitativo dessa temática de peças no museu é pequeno comparado com as outras coleções existentes e comentou que no ano de 2020 o MHI fez uma campanha de doação de peças com a comunidade negra onde as mesmas tivessem representatividade com aquele grupo. Conforme essa experiência Tayná explana que o diálogo constante com essa comunidade seria a estratégia de aproximação com a mesma. Em sequência Marco Antonio questiona quais são os mecanismos de registro onde ela cita fichas catalográficas e iniciou-se um processo de inventário. Tayná também continuou que a aproximação com a comunidade negra intensificou em 2017 com reuniões que possuem os assuntos referentes ao Clube Sebastião Lucas e o prêmio Simeão como o MHI vem executando ações educativas referente a presença afro-brasileira na cidade de Itajaí. Tayná complementa que o museu possui contato com diversos grupos do movimento negro, dentre eles a Câmara Setorial Afro do Conselho Municipal de Política Culturais e também com o Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Itajaí. No término da conversa a profissional conclui que os acervos do MHI estão disponíveis ao acesso da comunidade e que a temática em questão é relevante para repensar os acervos não somente em Itajaí como

também em outros museus brasileiros que foi durante muito tempo sem dada a devida importância para formação da sociedade tanto local como nacional. No término da conversa eu Marco Antonio Figueiredo Ballester Júnior lavrei a referida ata em referência ao que foi conversado nas dependências do MHI e ambos assinam o documento a baixo dando fé o que foi discutido.

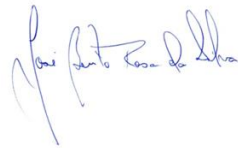

Tayná Mariahe Monteiro de Castro
COREM 5R 0139-I



Marco Antonio Figueiredo Ballester Júnior
COREM 5R 0054-1

APÊNDICE C – ATA DE ENTREVISTA COM PROF. DR. JOSÉ BENTO ROSA DA SILVA

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, estive presente na residência do Professor Doutor José Bento Rosa da Silva para pesquisa de campo de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGMUSPA), onde o professor demonstra ter conhecimento da Política Nacional de Museus, mas não de ver o seus pormenores do documento, tem conhecimento da existência de acervos relacionados a negros escravizados e relatou que a comunidade negra local organizada vem construindo diálogo com a instituição para superar esse tipo de temática no museu. Em referência a construção do Plano Museológico José Bento declara que o movimento negro questionou os acervos existentes no museu referente a comunidade negra e sugeriram que ampliasse o acervo além da temática escravidão. Em continuidade José Bento também declara que o movimento negro da qual o mesmo faz parte já efetivaram atividades com o Museu Histórico de Itajaí no sentido de ceder em regime de comodato as Coroas da Festa de Nossa Senhora do Rosário que é uma tradição da região de Itajaí desde o século XIX. Contudo José Bento acredita que deveria ser feita uma ampliação utilizando meios de comunicação, escolas e entidades negras de Itajaí. Para José Bento as representações negras da cidade que o museu poderia demonstrar são as manifestações religiosas, a sua colaboração como as lutas, para o professor a necessidade de se fazer o registro dos lugares de memória dessa população negra é necessária, mas não saberia dizer se é uma atribuição do museu, contudo ele demonstra que o território negro na cidade deveria ser demonstrado e ele cita nomes de locais como Beco do Quilombo, Ribeirão da Caetana, Clube Sebastião Lucas e também a Igreja Imaculada Conceição que foi erguida através de mão-de-obra de escravizados. Para José Bento uma vez a comunidade negra da cidade ser inserida na instituição daria mais visibilidade a esse grupo que está invisível na cidade E encerrando José Bento acredita que o museu dever ultrapassar gestões para que tenha continuidade nas políticas referentes a comunidade negra da cidade. No término da conversa eu Marco Antonio Figueiredo Ballester Júnior lavrei a referida ata em referência ao que foi conversado e ambos assinam o documento a baixo dando fé o que foi discutido.



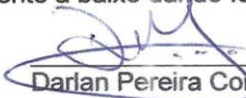
José Bento Rosa da Silva



Marco Antonio Figueiredo Ballester Júnior
COREM 5R 0054-I

APÊNDICE D – ATA DE ENTREVISTA COM DARLAN PEREIRA CORDEIRO

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, estive presente no Laboratório de Arqueologia do Museu Etno-Arqueológico de Itajaí com o arqueólogo Darlan Pereira Cordeiro para pesquisa de campo de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGMUSPA), onde Darlan demonstra ter conhecimento da Política Nacional de Museus, tem conhecimento do Museu Histórico de Itajaí e suas exposições, mas de pouca representatividade da comunidade negra, acreditando que o motivo se deve ao fato de que há pouca quantidade limitada de acervos existentes na instituição. Para Darlan, no Museu Histórico, entre os anos de 2005 a 2008, as temáticas negras foram abordadas através do projeto intitulado “Memória dos Bairros”, juntamente com o Centro de Documentação e Memória Histórica, contudo não foram dadas as sequências no referido projeto. Quando ele esteve à frente da Fundação Genésio Miranda Lins, entre os anos 2009 e 2012, algumas ações afirmativas ocorreram, como a confecção do Busto de Simeão, onde a comunidade negra participou daquele processo, e a criação do “Seminário sobre a Consciência Negra”. Além disso, a criação do “Programa de Educação Patrimonial” da Fundação Genésio Miranda Lins, que incluiu o “Projeto Conhecendo o Museu”, auxiliou nesse diálogo referente a comunidade negra de Itajaí. Darlan também comenta a aproximação institucional entre a Fundação Genésio Miranda Lins e a Secretaria de Relações Institucionais e Temáticas da Prefeitura de Itajaí, propiciando a criação do “Prêmio Simeão”. O conhecimento que ele possui sobre o acervo negro dentro do Museu Histórico de Itajaí é que existe pouca quantidade, de dentro dessa quantidade grande parte não é da cidade. Para ele uma aproximação com esse grupo da sociedade poderia ocorrer através de atividades artísticas e educativas, exposições, seminários e parcerias com o movimento negro local o que poderia ocasionar doações para a instituição. A representatividade que o negro poderia ter no museu, Darlan acredita que poderia ser através da religiosidade, sua colaboração na sociedade itajaiense, os movimentos sociais negros, os seus territórios, sua arte bem como o empreendedorismo e sua saúde e genética. Para Darlan Pereira Cordeiro já ocorre alguma representação negra no museu, citando a confecção do busto de Simeão, e também a presença de servidores negros na instituição, contudo deveria ter ações mais regulares. Esse processo conforme ele menciona também tem que partir da comunidade negra onde ele não percebe esse interesse da comunidade se aproximar, o que ele acredita que seja por desconhecimento ou desinteresse. Para ele cabe ao museu proporcionar esse interesse e mostrar para o movimento negro local esse local de pertencimento e apropriação para poder legitimar a importância histórica e cultural dos negros na formação da cidade. No término da conversa, eu Marco Antonio Figueiredo Ballester Júnior lavrei a referida ata em referência ao que foi conversado e ambos assinam o documento a baixo dando fé o que foi discutido.


 Darlan Pereira Cordeiro


 Marco Antonio Figueiredo Ballester Júnior
 COREM 5R 0054-I

APÊNDICE E – ATA DE ENTREVISTA COM LUCIANE DUTRA

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, estive presente no Museu Histórico Municipal Gilberto Gerlach com a servidora Luciane Dutra para pesquisa de campo de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGMUSPA), onde Luciane demonstra ter conhecimento da Política Nacional de Museus contudo não muito aprofundado. Luciane concorda que a presença do negro no museu de São José é quase nula. A servidora tem conhecimento da existência de um Plano Museológico elaborado para o museu no ano de 2010, entretanto desconhece se a comunidade negra participou do processo de elaboração do documento. Luciane também reconhece a inexistência de acervos negros na instituição e entende que seria importante essa temática no museu, ela sugere uma campanha para arrecadação de peças oriundas da comunidade negra. Luciane concorda que o museu poderia ter nas suas exposições como nos seus acervos as temáticas das manifestações religiosas negras, bem como a colaboração desse negro na sociedade local e suas lutas dentro da cidade de São José. Luciane acredita que uma vez dando voz a comunidade negra no museu teria maior visibilidade da instituição para sociedade e concorda que atualmente o museu não consegue ter o comprometimento necessário dessa riqueza histórica que o negro pode trazer para a instituição, bem como, seria imprescindível dar voz aos silenciados historicamente e trazer uma revisão da história oficial do município.


Luciane Dutra


Marco Antonio Figueiredo Ballester Júnior
COREM 5R 0054-I

APÊNDICE F – ATA DE ENTREVISTA COM JULIANA REGAZOLI

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, estive presente no Mercado Público de Laguna com Juliana Regazoli, licenciada em Ciências Sociais, para pesquisa de campo de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGMUSPA), onde Juliana demonstra ter conhecimento da Política Nacional e do Plano Setorial de Museus, tem conhecimento do Museu Histórico Anita Garibaldi e seus acervos, mas de pouca representatividade da comunidade negra nas suas coleções, para ela o museu é reconhecido pela comunidade lagunense e também na comunidade negra a partir de sua ligação com a figura de Anita Garibaldi e o evento histórico Tomada de Laguna. Também relata que o acervo remete a aristocracia local onde não é possível perceber essa comunidade negra representada. Em referência ao plano museológico do museu, Juliana descreve que os movimentos culturais e a própria comunidade negra levantaram a demanda da presença negra em Laguna. Ela apresentou um uma palestra intitulada “Presença Negra em Laguna”, na 17ª Semana Nacional de Museus, em 2019, onde demonstrou as políticas públicas nacionais de inclusão da história e memória negra no museu, bem como a implementação de Educação para as Relações Étnico Raciais conforme a Lei Nº 10.639/03. A partir dessa discussão e das demandas da comunidade negra local, a Fundação Lagunense de Cultura lançou um edital para composição de uma sala referente a presença negra na cidade de Laguna. Antes desse processo, em 2017, foi realizado o primeiro Fórum Setorial de Cultura Afro-Brasileira, atividade proposta pela setorial de Cultura Afro-brasileira existente no Conselho Municipal de Política Cultural onde Juliana foi conselheira nos anos de 2017 à 2022. Sua atuação no referido Conselho seria de mediar as relações entre a sociedade civil e o poder público e em levantar demandas do segmento para criação de políticas culturais deste segmento na cidade. A partir dessas discussões foi entregue um documento para Fundação Lagunense de Cultura no início de 2018, onde foi dado o início em atividades de preservação e fomento do patrimônio negro no que tange a memória negra e afro-brasileira de Laguna. Nessa movimentação da comunidade negra, a Fundação Lagunense de Cultura propôs a criação de uma sala específica sobre a presença negra em Laguna, onde ocorreu um edital e a mesma foi selecionada como pesquisadora e curadora. O projeto foi realizado e aguarda o restauro do Museu Histórico Anita Garibaldi para que a sala “Presença Negra em Laguna” seja instalada. Para ela a aproximação da comunidade negra com o museu poderia ser através dos Fóruns Setoriais de Cultura Afro-brasileira, onde seriam apresentadas as políticas setoriais da cultura afro-brasileira/negra, de museus, patrimônio cultural tanto material como imaterial e educação patrimonial, para dar ciência à comunidade negra dessas políticas públicas e a partir disso convidar a doação de objetos de referência desta comunidade para o museu. Juliana informa que em sua pesquisa a comunidade negra será representada no museu através das categorias: trabalho, as lutas negras da cidade, territórios negros, clubes associativos, bandas musicais, religiosidades e personalidades. Ela acredita que através da exposição no Museu Histórico Anita Garibaldi na sala “Presença Negra em Laguna” e um diálogo constante para a promoção da Educação Patrimonial sobre o patrimônio negro, a comunidade negra local poderá ampliar sua frequência de visitação ao museu. No término da conversa, eu Marco Antonio Figueiredo Ballester Júnior lavrei a referida ata em referência ao que foi conversado e ambos assinam o documento abaixo dando fé o que foi discutido.

Juliana Regazoli

MB

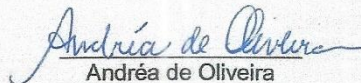

Juliana Regazoli




Marco Antonio Figueiredo Ballester Júnior
COREM 5R 0054-I

APÊNDICE G– ATA DE ENTREVISTA COM ANDRÉA DE OLIVEIRA

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, estive presente no espaço gastronômico Café Dedo Verde com a historiadora Andréa de Oliveira para pesquisa de campo de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGMUSPA), onde Andréa demonstra ter conhecimento da Política Nacional de Museus, tem conhecimento do Museu Histórico Prefeito José Schmidt e reconhece a falta de representatividade da comunidade negra naquele museu, essa mesma comunidade foi convidada de forma pontual para algum planejamento do museu. Um dos motivos dessa falta de representatividade seria a falta de acervos negros que fossem diretamente ligadas a esta comunidade, onde ela recomenda a pesquisa sobre esse assunto e aproximação através de rodas de conversa. Andréa acredita que a comunidade negra franciscanense poderia ser representada no museu através de suas manifestações de fé, a colaboração do negro na sociedade, suas lutas e territórios. Nesse sentido ela expõe que se tiver a junção desses fatores a comunidade local terá outra percepção dos negros e atribui esse quadro deficitário dessa temática no museu além da falta de acervo, a pesquisa sobre o tema, profissionais técnicos e planejamento estratégico. Andréa também relatou a existência de acervos negros no museu e citou uma placa referente a pedra inaugural da Igreja de Nossa Senhora do Rosário que seria erigida em São Francisco do Sul. No término da conversa, eu Marco Antonio Figueiredo Ballester Júnior lavrei a referida ata em referência ao que foi conversado e ambos assinam o documento a baixo dando fé o que foi discutido.


Andréa de Oliveira


Marco Antonio Figueiredo Ballester Júnior
COREM 5R 0054-I